



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO

**DO SILENCIAMENTO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS MULHERES EM
ATUAÇÃO NA BRIGADA CAETÉS NO MST-PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO

**DO SILENCIAMENTO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS MULHERES EM
ATUAÇÃO NA BRIGADA CAETÉS NO MST-PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como exigência para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Gênero
Diversidade e Relações de Poder

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663d Araujo, Dassaelly de Souza.
Do silenciamento à participação política [manuscrito] : as mulheres em atuação na brigada Caetés no MST-PB / Dassaelly de Souza Araujo. - 2019.
104 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão , Departamento de História - CEDUC."
1. Movimento Sem Terra - MST. 2. Mulheres. 3. Política. 4. Movimento feminista. 5. Movimento social. I. Título
21. ed. CDD 305.4

DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO

**DO SILENCIAMENTO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS MULHERES EM
ATUAÇÃO NA BRIGADA CAETÉS NO MST-PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como exigência para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Gênero
Diversidade e Relações de Poder

Aprovada em 24/05/2019

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Cristina de Aragão

Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora/PPGSS)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGSS)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof^a. Dr^a. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (PPGSS)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof^a. Dr^a. Alômia Abrantes da Silva (PPGSS) - SUPLENTE
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

Mulheres que lutam por si, pelos seus e pelos desconhecidos. Mulheres que anseiam uma sociedade diferente, mais justa e com igualdade.

Dedico essas linhas escritas a todas as mulheres assentadas e acampadas, em especial às mulheres que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Mesmo que consigamos chegar a algum lugar sozinhos, com companhia, o caminho é mais leve e colorido. Para chegar ao ponto em que estou, tive companhias muito importantes e que me auxiliaram em todos os momentos e, por isso, sou grata.

Primeiramente devo agradecer a Deus. A minha fé e meus momentos trancada no quarto em oração foram e são essenciais em cada passo a seguir. É nEle que busco forças nas situações de angústia e fraqueza, é nEle que procuro respostas quando estou em dúvida e Ele tem respondido cada uma das indagações e me fortalecido dia a dia.

Agradeço à minha mãe Josefa Maria, que é uma das minhas inspirações, que mesmo sem ter conhecimento teórico sobre o movimento feminista, me ensinou na prática que mulheres e homens são iguais e que nós devemos sonhar e chegar tão longe quanto eles.

Ao meu esposo e companheiro Felipe Travassos, com quem tenho dividido a vida, as alegrias e as angustias e por, nos momentos de dúvidas e insegurança, me lembrar que o nosso Deus nunca falha e que Ele nos capacita para cada desafio a que somos chamados.

À Anne Mikaelle, José dos Santos, Deyvid de Souza, Zeniclefferson Santos e Zenaide Santos, por me incentivarem e serem os melhores amigos que alguém poderia ter.

Aos pequenos Maicon Gabriel, Miguel Santos e Jheniffer Cecilya, meus sobrinhos, e Miguel Domingos, meu afilhado, que fazem com que meus dias sejam mais alegres e proporcionam reviver neles a minha infância.

À minha tia e madrinha Maria Patrícia que está sempre de braços abertos para mim e traz consigo um amor e paz que envolvem qualquer um.

Agradeço aos meus professores, aqueles que me acompanharam desde a formação infantil até a pós-graduação, cada um me desvelou uma nuance do saber e cada um deixou suas marcas na minha formação intelectual e também pessoal.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Paraíba, em especial a Brigada Caetés, pela acolhida e por todos os ensinamentos, sem vocês esse trabalho não seria possível.

A Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária (COOPTERA) por me abrir as portas para o exercício profissional e me ensinar sobre a Reforma Agrária e os movimentos sociais do campo.

As minhas amigas Giselli Rocha e Viviane Domingos, que mesmo não estando perto fisicamente, se fazem presença em minha vida, além de auxiliarem em meu crescimento profissional e no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, pois os ensinamentos relegados a mim neste período foram de valia profissional e pessoal.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Dr^a. Patrícia Cristina Aragão, pelo carinho e dedicação para comigo, além de todos os valiosos ensinamentos neste tempo de caminhada.

As professoras Idalina Maria Freitas Lima Santiago e Elizabeth Christina de Andrade Lima, que compuseram a banca de qualificação e defesa, pelas contribuições valiosíssimas.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, pelos momentos de estudo e de descontração.

Ao Grupo de Estudos Flor e Flor, por ter sido fundamental no meu percurso acadêmico, me iniciando no que se refere aos estudos de gênero, me abrindo as portas e me instigando para a pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que foi fundamental para que eu conseguisse cursar o mestrado e desenvolver este trabalho.

A todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu no fim da década de 1970, como fruto de um processo histórico de luta pela terra dos camponeses/as brasileiros/as, ele tem em sua gênese a resistência às grandes concentrações fundiárias existentes no Brasil. Com a presença de mulheres neste movimento social, bem como o momento de efervescência do movimento feminista no Brasil, ocorre o incentivo para que as discussões acerca do gênero comecem a tomar forma no MST, com isso já nas normas gerais do MST (1989), se inclui um capítulo sobre “a articulação das mulheres” e no ano 2000 ocorre a criação do setor de gênero no Movimento. Posterior a essa criação acontece a determinação da paridade de gênero nas direções e coordenações de setores do movimento social, para, assim, garantir a participação feminina nos espaços decisórios. A Brigada Caetés, assim como as demais, está organizada com vistas a garantir e incentivar a participação política das mulheres no MST. Desta forma, nosso estudo tem como objetivo geral problematizar como se processa a participação política das mulheres do MST na Brigada Caetés - PB, partindo do pressuposto que a brigada é um espaço mais delimitado, porém que abriga todas as instâncias e organicidade do MST de uma forma mais geral e nossa questão problema é saber como as mulheres na Brigada Caetés empreendem sua participação política a partir da sua inserção nos quadros de direção e coordenação do movimento social. Para trazer reflexões, nos aportamos nos estudos propostos por Gohn (1997) e Scherer-Warren (1989) no que concerne aos movimentos sociais, para refletir sobre participação política nos apoiamos em Dallari (1983) e, para pensar a categoria gênero, buscamos Scott (1995) e Nicholson (2000). No tocante aos aspectos metodológicos, realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, utilizando a técnica de observação participante e entrevista semiestruturada a partir de Gaskell (2014) e análise dos dados a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Nossa proposta está situada no campo dos estudos de gênero em interfaces com os movimentos sociais. Além das entrevistas e das fontes bibliográficas, utilizamos, para compor a escrita dissertativa, documentos do próprio MST coletados na rede de *internet* ou disponibilizados pelas integrantes da Brigada. O local de nossa pesquisa foi a Brigada Caetés que abrange cidades das regiões do Brejo e Curimataú do estado da Paraíba e nossas colaboradoras foram quatro militantes do MST que integram ou integraram os quadros de direção ou coordenação de setores da referida brigada, as entrevistas ocorreram entre 25 a 27 de novembro de 2018. A partir do entrecruzamento dos dados teórico-metodológicos, percebemos como as mulheres do MST na Brigada Caetés desenvolvem sua participação política com lutas diárias para efetivação da reforma agrária e reconhecimento do espaço feminino no campo, porém com enormes avanços já efetivados, sempre em busca da melhoria de vida e fortalecimento dos movimentos sociais, em especial o próprio MST.

Palavras-chave: MST. Mulher. Participação política.

ABSTRACT

The Rural Workers Without Land Movement (MST - acronym in Portuguese) began in the 1970s, as a product of Brazilian farmers' fight for their land, and it carries, in its core, the resistance of said farmers against the large concentration of lands in the hands of a small number of landowners, a common practice in Brazil. With the presence of women inside this movement as well as the boom the feminist movement saw in the country, there is an incentive for the discussions around gender to start taking shape in the movement, and with that, a chapter titled "the mobilization of women" is included in the general guidelines of MST (1989), and in the year 2000 the gender sector of the movement is created. After the creation of the gender sector, the parity of gender is determined inside the sector coordinations and directories, thus ensuring the participation of women in decision making. The Caetés Brigade, as well as all others, is organized with ways to ensure and encourage the political participation of women in the movement. The objective of this study is to problematize how the political participation of women in the Caetés Brigade (Paraíba - Brazil) takes place, based on the assumption that the Brigade is a limited sample, but works with the same principles and organization as the MST as a whole, and the main question is how women inside the Brigade undertake their political participations from their positions in the coordinations and directories inside the movement. The studies made by Gohn (1997) and Scherer-Warren (1989) concerning social movements were used to bring reflection on this matter, the study by Dallari (1983) was used to discuss political participation, and for a reflection on gender issues the studies used were by Scott (1995) and Nicholson (2000). This is a qualitative case study which uses the methodology of participant observation and semi-structured interview proposed by Gaskell (2014), and the data was analyzed using the content analysis proposed by Bardin (1977). The proposal of this study is inserted in the field of gender studies within social movements. Besides the interviews and bibliographical resources, documents and guidelines for MST taken from the internet or provided by the local leadership were also used as references for the construction of the dissertation. This study was conducted in the Caetés Brigade, located in the Brejo and Curimataú regions of the state of Paraíba, Brazil, and its collaborators were the four women in positions of leadership in the coordinations and directories of said brigade, the interviews took place between November 25 and 27, 2018. By cross referencing the theoretical data available with the data acquired from the methodology used, it was possible to comprehend how the women in the Caetés Brigade develop their political participation with daily struggles to effect land reform and recognition of women in the field, but that they already consolidated spaces, always searching for a better quality of life and the strengthening of social movements, especially the Rural Workers Without Land, in which they work.

Key words: MST, Women, Political Participation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	17
1. QUEM DISSE QUE MULHER NÃO TEM VEZ? OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	18
1.1 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”: movimentos sociais e gênero..	18
1.2 Participação política e o lugar da mulher nos Movimentos Sociais do Campo ...	30
CAPÍTULO II	38
2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA EM FOCO	389
2.1 O MST no Brasil e na Paraíba.....	39
2.2 A Brigada Caetés	53
CAPÍTULO III	58
3. “EU ACREDITO QUE A GENTE SÓ VENHA A SOMAR”: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA BRIGADA CAETÉS - PB.....	59
3.1 “Nós temos esta força muito forte na Paraíba”: a Brigada Caetés e a atuação feminina no MST	59
3.2 “Nós mulheres temos que estar nos espaços”: participação política das mulheres do MST na Brigada Caetés	68
3.3 Mudanças ou permanências: a influência do gênero no desenvolvimento das atividades na Brigada Caetés.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	98
APÊNDICES.....	102

INTRODUÇÃO

A participação política das mulheres é algo conquistado através de lutas e resistências. No decorrer da história, as mulheres tiveram que tomar posição e ir à batalha para garantir seu espaço de participação na sociedade, enfrentaram preconceitos, tabus e convenções sociais para garantirem o seu espaço de fala e de reivindicação.

Nos movimentos sociais do campo a busca pela garantia da participação política feminina não foi feita de forma diferente, pois pouco a pouco, as mulheres camponesas foram se colocando como protagonistas e abandonando o título de coadjuvante nos espaços de luta. Essa (re)colocação das mulheres nos movimentos sociais do campo passou a ser mais expressiva, no Brasil, a partir da década de 1970 (JALIL, 2013).

O (re)posicionamento das mulheres nos espaços dos movimentos sociais, e mais especificamente nos movimentos sociais do campo, passou a garantir a possibilidade de terem direitos garantidos e políticas públicas direcionadas a elas, o que representou uma modificação no cenário anterior em que as mulheres viviam sob a tutela masculina.

No mesmo período em que os movimentos sociais do campo passaram a ter expressividade feminina, ocorreu a formação do Movimento Sem Terra (MST) que se configurou como mais um movimento social que busca a efetividade da reforma agrária no país e, mais que isso, trouxe em suas prerrogativas lutar contra qualquer forma de discriminação e injustiça social.

Com a forma de adesão sendo a partir de famílias, o MST trouxe consigo a prerrogativa de ser integrado também por mulheres e estas desde o início marcaram sua participação a partir da presença nas ocupações e organização dos acampamentos. Porém, também no início, as mulheres sem terra perceberam que necessitavam, além de estarem nos espaços de luta, integrar os locais de representação do movimento social. Desta maneira, em 1989, conseguiram incluir nas Normas Gerais do MST, um capítulo sobre a “articulação das mulheres” e, além disso, passaram a se organizar em um coletivo de mulheres, que foi se modificando até que em 2000 originou o Setor Nacional de Gênero e, através da atuação desse setor, conseguiram garantir a definição da paridade de gênero nos espaços de direção e coordenação do MST.

O MST é um dos movimentos sociais que mais possui expressividade em âmbito nacional e a participação política de mulheres nos seus quadros já lhe garantiu ações que tiveram repercussão internacional, como o caso da destruição de mudas transgênicas de eucalipto da FutureGene em São Paulo¹, levando isso em consideração, bem como toda a luta feminina para garantia de participação política nos movimentos sociais, em especial no MST, e a definição da paridade de gênero nos locais de liderança deste movimento social. Neste estudo objetivamos problematizar como se processa a participação política das mulheres líderes do MST na Brigada Caetés - PB.

O MST é um movimento social nacional que possui divisões para facilitar sua organicidade. Nestas, as brigadas se referem a divisões regionais que compõem um estado, por sua vez as brigadas são compostas pelos assentamentos e acampamentos que ficam localizados naquela determinada região. As brigadas possuem uma direção e coordenação de setores, conforme acontecem também nos estados, região e nacional. A Caetés, brigada em que realizamos o nosso estudo, abrange a microrregião do Curimataú paraibano e parte da microrregião do brejo. Os acampamentos e assentamentos que a compõem estão nos municípios de Belém, Casserengue, Solânea, Areia, Esperança, Remígio, Algodão de Jandaíra, Pilões, Sossego, Cubati e Pocinhos.

Na realização desse estudo temos como objetivos específicos: analisar a participação das mulheres nas instâncias deliberativas do MST, em especial na Brigada Caetés; Conhecer o percurso político e social da Brigada Caetés a partir da atuação das mulheres e, por fim, discutir como a inserção das mulheres nas instâncias deliberativas do MST provocaram mudanças ou permanências nas relações hegemônicas de gênero estabelecidas por estas no espaço familiar e no MST. Como questão problema norteadora desse estudo, temos a pergunta: como as mulheres, na Brigada Caetés, desenvolvem sua participação política e empreendem suas ações políticas e sociais a partir dos cargos de direção e coordenação de setor do MST?

¹ Em 2015, como ação alusiva ao dia 8 de março, mais de 1.000 mulheres integrantes do MST entraram num centro de pesquisa e destruíram mudas transgênicas de eucalipto como forma de protesto contra o que o MST nomeou como males dos transgênicos e denunciou que, para a produção desses espécimes, não eram levadas em considerações as consequências ambientais, sociais e de saúde pública.

Para alcançar os nossos objetivos, bem como responder à questão problema, buscamos compreender os conceitos de movimentos sociais a partir dos estudos de Gohn (1997) e Scherer-Warren (1989), gênero a partir das prerrogativas apresentadas por Scott (1995) e Nicholson (2000) e participação política a partir das colocações de Dallari (1983). Os conceitos se fizeram importantes para a compreensão da temática, posto que o fato que foi estudado não é isolado, ele está incluído num todo de interações que se correlacionam e, assim, cada conceito tem sua importância. A partir de cada um deles pudemos analisar um eixo do fenômeno, o que é um movimento social, como o MST se articula e organiza para que seja considerado um movimento social, o que é gênero e como ele influi nas relações sociais, como ele estrutura as relações de poder e em que isso influencia a vida das mulheres, o que é participação política e quais são os caminhos e ações para efetivação dela nas vidas e ações das mulheres. E realizando uma interlocução entre os conceitos é que poderemos chegar ao nosso objetivo e, assim, problematizar como se processa a participação política das mulheres no MST como movimento social específico.

Nossa trajetória até essa temática surgiu de duas perspectivas, a primeira ocorreu durante a graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, onde fomos bolsistas do Programa de Iniciação Científica com a pesquisa *Novas sociabilidades, gênero e participação política da juventude no poder local*² (2008-2009) e em seguida participamos da equipe da pesquisa “*Participação política e novas sociabilidades das mulheres jovens no poder local*”³ (2009-2011), ambas com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), sob a orientação da Prof^a. Dr^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago, e com a temática de gênero e participação política, o que aguçou nosso olhar para essa questão.

² O estudo analisava, através do recorte de gênero, as formas de expressão política da juventude na esfera local, buscando entender a importância dos espaços de sociabilidade construídos pelos/as jovens para a sua ação cidadã no poder local de Campina Grande - PB. A pesquisa envolveu a aplicação de questionário em cento e vinte secundaristas do ensino médio de duas escolas públicas do município de Campina Grande - PB e também foram mapeados os espaços de sociabilidades juvenis existentes no citado município, realizando entrevistas com seus/as principais representantes.

³ A proposta procurava analisar o protagonismo das jovens, numa perspectiva de gênero, através de suas inserções nos espaços públicos institucionais e organizações sociais, a partir da compreensão dos limites e das possibilidades de suas participações nas políticas públicas, bem como compreender as novas formas de expressão política da juventude feminina na sociedade local, externadas através de sua participação em grupos culturais, religiosos, associativos, etc. A investigação teve como eixo metodológico a abordagem descritivo-analítica, a partir da coleta de dados quantitativos e qualitativos, tendo como lócus de pesquisa os municípios de João Pessoa e Campina Grande, ambos na Paraíba.

Posteriormente, durante o agir profissional estivemos durante quatro anos na prestação de serviços técnicos à assentamentos de Reforma Agrária⁴ e como o MST era o movimento social que estava presente na maior parte de assentamentos rurais em que desenvolvíamos o trabalho, além da própria entidade que estávamos haver sido criada pelo MST com o intuito de concorrer chamadas públicas e prestar assessoria aos assentamentos de acordo com o que é preconizado pelo movimento social⁵, acabamos tendo uma certa aproximação com o mesmo.

Observando o MST percebemos que entre as lideranças havia sempre a opção pela paridade de gênero e isto nos chamou bastante atenção, mas ao mesmo tempo percebíamos que as mulheres militantes tinham mais expressividade em setores que referendavam o cuidado, como o setor de saúde ou o de educação. Escolhemos como local da nossa pesquisa a Brigada Caetés, posto que neste momento de exercício profissional foi nesta brigada que mantivemos maior contato com as pessoas participantes do Movimento e é a partir dela que tentaremos desvendar as nuances da participação política das mulheres no MST.

Esta pesquisa assume relevância posto que, quando trazemos a trajetória do MST e das mulheres militantes nesse processo, percebemos a necessidade de trabalhar as questões de gênero com interfaces para os movimentos sociais e neste percurso poder remontar a participação política das mulheres militantes em cargos de direção ou coordenação.

Desta forma, a partir da realidade das mulheres dirigentes e ex-dirigentes, coordenadoras e ex-coordenadoras, da Brigada Caetés podemos perceber como é formatada a participação política das mulheres no MST e como a partir dessa formatação as mulheres vão galgando seus espaços na família e na sociedade de

⁴ Estivemos como técnica do setor social (Assistente Social) integrando o corpo técnico da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba (COOPTERA), neste período, dentre os assentamentos assessorados pela entidade, tivemos a oportunidade de acompanhar os seguintes: Pequeno Richard (Campina Grande – MST), Primeiro de Maio (Pocinhos – MST), Gravatá (Pocinhos – MST), Trancheiras do Carnoió (Riacho de Santo Antônio – MST), Corredor (Remígio – MST), Florestan Fernandes (Pilões – MST), Paulo Freire (Algodão de Jandaíra – MST), Ernesto Che Guevara (Casserengue – MST), 25 de Julho (Casserengue – MST), Poço Verde (Casserengue – MST), Santa Rosa (Barra de Santa Rosa – Sindicato Rural), Serrote Verde (Barra de Santa Rosa – Sindicato Rural), Retiro (Cuité – CPT) e Zumbi dos Palmares (Sossego – MST).

⁵ O MST preconiza o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, valorizando o saber dos/as agricultores/as. Por isso, cria entidades para com a finalidade de concorrer chamadas públicas e, caso aprovadas, conduzir a assessoria técnica para esses vieses, a fim de combater a entrada e disseminação de práticas nocivas ao meio ambiente e as famílias, como, por exemplo, o uso de defensivos agrícolas químicos e variedades transgênicas.

forma geral e ainda perceber quais as rupturas e continuidades das relações de gênero nesse processo.

Acreditamos que este também é um momento para que o próprio MST possa analisar suas ações e identificar quais aspectos que são discutidos no contexto do movimento no tocante ao enfrentamento das desigualdades de gênero e como este enfrentamento pode auxiliar no objetivo do movimento que é a Reforma Agrária efetiva.

No que tange ao Serviço Social, identificamos que nosso estudo é relevante, pois a profissão em seu código de ética tem uma opção voltada para a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Porém, o espaço rural não possui protagonismo nos estudos da área. Desse modo, acreditamos que estudar um movimento social do campo no âmbito do Serviço Social se constitui como uma inovação e dá a oportunidade de outros estudos serem iniciados a partir deste campo de reflexão.

Observamos que nas duas linhas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB não há pesquisas e estudos que focalizam a participação política feminina no contexto do MST. Mediante esta pesquisa previa enfatizamos que este trabalho é inédito no Programa, contribuindo no mesmo nas discussões relativas ao campo de estudos de gênero, trazendo à luz do debate dos movimentos sociais.

Através deste estudo pretendemos avançar no entendimento sobre as questões relativas à participação política das mulheres no movimento social supracitado no âmbito local e colaborar tanto com o movimento social, e em específico com a Brigada Caetés, quanto para o Serviço Social.

Metodologicamente, a proposta trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. A busca por esta opção se deu por acreditarmos que, conforme nos apresenta Oliveira (2007), o mundo objetivo e subjetivo é conectado, não existe uma verdade absoluta nas coisas que pode ser desvelada somente comensurando numérica e estatisticamente, pois, acreditamos que os fatos estão em movimento e a pesquisa com abordagem qualitativa nos auxilia a entender esse movimento que existe nos fatos e em especial no objeto que pretendemos estudar, além de nos propiciar verificar os dados não estatísticos.

Mediante os procedimentos técnicos, a proposta é do tipo estudo de caso. O estudo de caso é um método eclético (OLIVEIRA, 2007), pois pode reunir várias

estratégias metodológicas e é aplicável em várias áreas do conhecimento, dentre as quais estão as ciências sociais e, mais especificamente, podemos identificar a utilização do método na particularidade do Serviço Social.

Nesta pesquisa optamos pelo estudo de caso, em função das possibilidades que este método nos proporciona. Partindo deste pressuposto, estudamos a realidade de apenas uma brigada do MST, mas com esta opção tivemos oportunidades de verificar o nosso objeto de estudo com abrangência.

Utilizamos ainda a pesquisa documental e de campo (GIL, 2002), os documentos que analisamos foram a cartilha do setor de gênero do MST, o caderno de subsídios para reunião das coordenações nacionais e a portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MDA/INCRA) nº 981 de 02 de outubro de 2003. Além desses, ainda buscamos informações no site do movimento social e também analisamos notícias em jornais *online* de grande abrangência.

Na pesquisa de campo realizamos o emprego da entrevista semiestruturada, na qual através de um roteiro previamente proposto pudemos realizar uma conversa com as participantes e compreender o que as mesmas pensavam sobre o objeto proposto. Segundo Gaskell (2014, p. 65)

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

A escolha pela entrevista nos possibilitou realizar perguntas previamente definidas, bem como inserir outras no percurso que acreditamos serem importantes para elucidação do objeto proposto. As entrevistas foram realizadas com quatro mulheres integrantes da Brigada Caetés, no período de 25 a 27 de novembro de 2018. As mulheres em questão foram a dirigente em exercício da brigada, uma ex-dirigente da brigada, a coordenadora do setor de educação da brigada e uma ex-coordenadora do setor de gênero no âmbito estadual.

Seguindo o disposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não utilizaremos em nosso texto o nome real das entrevistadas. Desse modo,

elencamos pseudônimos para as mesmas, quais sejam: Antônia Flor⁶, Penha Nascimento⁷, Vanete Almeida⁸ e Roseli Nunes⁹. Os pseudônimos escolhidos fazem referência a mulheres que tiveram sua vida dedicada a luta por Reforma Agrária e/ou estiveram vinculadas a movimentos sociais do campo.

A colaboradora Antônia Flor é a dirigente em exercício da Brigada Caetés, natural do município de Esperança - PB, reside atualmente em um assentamento rural no município de Remígio - PB, possui 46 anos de idade, se identifica como negra, tem o ensino superior completo em Pedagogia, desenvolve atividades como agricultora e há 18 anos é integrante do MST.

A entrevistada Penha Nascimento já foi dirigente da Brigada Caetés, natural do município de Solânea - PB, reside atualmente em um assentamento rural no

⁶ Antônia Flor foi uma agricultora, que residiu e trabalhou durante mais de 50 anos, numa propriedade na zonal rural do município de Piripiri - PI. A sua luta iniciou quando a propriedade foi vendida e o novo dono solicitou o despejo de todas as famílias que moravam na localidade. Não aceitando a determinação, ela e outros moradores passaram a lutar pela desapropriação do local. Em função da luta por desapropriação da fazenda, a mãe de 10 filhos foi assassinada por pistoleiros no dia 1 de dezembro de 1984, enquanto cozinhava o almoço para os filhos. A desapropriação da terra em questão só foi realizada em 1 de dezembro de 2005 e o assentamento hoje leva o nome desta mulher, como uma maneira de homenagem a ela. Fonte: www.cidadeverde.com, acesso em janeiro de 2019.

⁷ Penha Nascimento era diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande - PB, o mesmo que foi presidido por Margarida Maria Alves. Companheira de luta de Margarida, Penha, depois do assassinato de sua amiga, era testemunha chave do julgamento dos assassinos e também lutava para a punição dos mesmos. Porém, antes do julgamento ocorrer, Penha faleceu no dia 16 de março de 1991, em consequência de um acidente automobilístico na BR 230, no trecho que liga João Pessoa à Campina Grande, ambas na Paraíba. Penha vinha sofrendo, desde o assassinato de Margarida, em 12 de agosto de 1983, várias ameaças de morte, o que faz com que até a atualidade existam dúvidas se o acidente teria sido provocado ou não, mas nada em relação a um atentado foi apurado. Fonte: Informa CUT nº 170/1991. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroMS&PagFis=1774>, acesso em janeiro de 2019.

⁸ Vanete Almeida foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. Durante a década de 1980 ela lutou pela sindicalização das Mulheres Trabalhadoras Rurais, também presidiu o Centro de Educação Comunitária Rural em Serra Talhada, integrou o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres entre os anos de 1996 e 2003, além de ter coordenado a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe e ser indicada ao Prêmio Nobel em 2005. Vanete faleceu no dia 9 de setembro de 2012 em decorrência de um câncer. Fonte: www.geledes.org.br acesso em janeiro de 2019.

⁹ Roseli Nunes estava entre os mais de 7 mil trabalhadores que ocuparam em 29 de outubro de 1985 a então fazenda Annoni, localizada no Rio Grande do Sul. Três dias depois da ocupação, Roseli deu a luz a Marcos Tiajuru, primeira criança nascida num acampamento do MST no Brasil e que anos depois viria a ser símbolo do Programa Mais Médicos, bem como depois de formar-se em Medicina em Cuba via convênio do MST como governo daquele país, voltar para o Brasil e ter seu diploma revalidado, passou a supervisionar o Programa no país. Marcos, assim como seus outros dois irmãos mais velhos, conviveram pouco com a mãe, visto que em 31 de março de 1987, "durante um protesto contra as altas taxas de juros e indefinição do governo em relação à política agrária que se estendeu por vários municípios, um caminhão investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, também no Norte do RS. A ação resultou em 14 agricultores feridos e em três mortos: Lari Grosseli, de 23 anos; Vitalino Antonio Mori, de 32 anos; e Roseli Nunes, com 33 anos". Fonte: www.mst.org.br acesso em janeiro de 2019.

município de Areia - PB, integra os quadros do movimento social há 12 anos, é agricultora, possui 30 anos de idade, atualmente está cursando o ensino superior na área de Agroecologia e identifica-se como parda.

A coordenadora em exercício do setor de educação, que neste estudo terá o pseudônimo de Vanete Almeida, tem 36 anos de idade, se identifica como parda, é estudante de um curso Técnico em Enfermagem, atua no MST há 8 anos, é natural da cidade de Massaranduba - PB e reside atualmente em Remígio - PB.

A colaboradora que chamaremos de Roseli Nunes, tem 31 anos de idade, já foi coordenadora estadual do setor de gênero, identifica-se como negra, possui o ensino superior completo em Pedagogia, atualmente se dedica as atividades na agricultura e também trabalha na sua área de formação, é natural do município de Duque de Caxias - RJ, mas reside atualmente em um assentamento rural no município de Remígio - PB, integra os quadros do MST há 9 anos.

Para chegar até este trabalho final, nosso trajeto metodológico passou por diferentes momentos: inicialmente realizamos a elaboração de um projeto de pesquisa para submissão à banca de qualificação e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, seguindo todas as prerrogativas do Comitê de Ética e também do Programa de Pós-Graduação. Após a submissão à banca, realizamos os ajustes necessários no texto e aguardamos o parecer do Comitê de Ética. Posterior a isso realizamos as entrevistas, a transcrição das mesmas, leitura e análise dos dados para prosseguir com a formatação do texto dissertativo. Durante todo o trajeto, também estiveram presentes leituras bibliográficas sobre o nosso objeto de estudo.

Posterior ao cruzamento dos dados teórico-metodológicos e dos dados coletados durante as entrevistas organizamos nosso texto em três capítulos. No primeiro capítulo, *Quem disse que mulher não tem vez? Os movimentos sociais e a participação política feminina*, inicialmente fizemos um resgate acerca dos conceitos de movimentos sociais e de gênero e, a partir de então, buscamos evidenciar sobre a participação política feminina nos movimentos sociais e em específico nos movimentos sociais do campo.

No segundo capítulo, com título *O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em foco*, buscamos evidenciar a trajetória política e social do movimento em questão, tanto em nível nacional como paraibano (com destaque para a Brigada Caetés), incluindo reflexões em torno de sua organicidade. Com esse intuito, será demonstrado como as informantes da pesquisa se posicionam em relação ao MST,

identificando como elas o definem, o que esse movimento representa para as suas vidas e as conquistas e os desafios mais importantes que elas destacam no percurso histórico do MST.

No terceiro capítulo, qual seja: *“Eu acredito que a gente só venha a somar”*: a participação política das mulheres na Brigada Caetés - PB, trazemos mais profundamente os relatos das mulheres entrevistadas, apresentamos como o setor de gênero no MST se estruturou e atua, como acontece a participação política das mulheres entrevistadas e quais foram as modificações que ocorreram em suas vivências a partir de suas atuações no referido movimento social.

CAPÍTULO I

1. QUEM DISSE QUE MULHER NÃO TEM VEZ? OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

1.1 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”: movimentos sociais e gênero

As discussões em torno dos movimentos sociais não são reflexões contemporâneas. Na realidade no decurso da história e dos debates no campo das ciências sociais, muitas foram as maneiras desenvolvidas para explicar as ações coletivas a partir dos movimentos sociais. Segundo Scherer-Warren (1989, p. 11), o termo movimentos sociais foi utilizado pela primeira vez em 1840 por Lorenz Von Stein e deste momento até os dias atuais o esforço para entender o que eles representam são inúmeros. Scherer-Warren (1989) faz um passeio nas formas de teorizar os movimentos sociais apresentando aos leitores como os principais pensadores marxistas e pensadores contemporâneos percebem as ações coletivas.

Quando apresentou os pensadores marxistas, no geral, a autora percebe que eles mostravam as ações bem delimitadas dentro do pensamento de Marx, levando em conta a teoria que se aliavam e as categorias presentes nela. Assim, observavam a luta de classes, a relação opressor-oprimido, a categoria totalidade, a ideologia, para além das categorias marxianas clássicas. Gramsci trouxe também a questão cultural como uma influência para formatação das ações (SCHERER-WARREN, 1989).

Partindo das proposições desenvolvidas por Scherer-Warren (1989), identificamos que os autores marxistas viam os movimentos sociais como frutos da relação capital-trabalho. Sendo estes um meio de solucionar as demandas da classe trabalhadora, somente Gramsci que avança nos estudos e acaba por perceber que também existiam traços de cultura para a formatação dos movimentos sociais, o que naquele momento foi uma grande contribuição para as discussões em pauta, pois se avançou no entendimento que em outras configurações da sociedade, fora do capitalismo, provavelmente os movimentos sociais ainda se fizessem presentes e necessários.

Quando tratou dos pensadores contemporâneos Scherer-Warren (1989) demonstrou que a maneira que esses definiam os movimentos sociais se divergem tanto dos pensadores marxistas quanto entre eles próprios e, a partir disso, mostrou

a contribuição de alguns destes pensadores, aqueles que acreditava serem mais pertinentes para o entendimento do conceito de movimentos sociais no período da atualidade.

Ao discutir o posicionamento de Laclau sobre os movimentos sociais, Scherer-Warren (1989) enfatiza que na contemporaneidade este é o autor que mais se aproxima da teoria marxiana, porém ele tenta aprofundar a teoria de Gramsci. Ao apresentar Dahrendorf, ela demonstra que este autor, a partir de uma visão funcionalista, apresenta os movimentos sociais como grupos de conflito. Ao apresentar Touraine, Guatarri e Castoriades, Scherer-Warren (1989) afirma que estes autores são os que superam totalmente o marxismo ortodoxo, além de atualizarem a forma de esquematizar os movimentos sociais. Para Touraine é através dos movimentos sociais que a sociedade se autoproduz; para Guatarri, os movimentos acontecem em todas as formas, níveis e locais da vida social, assim, apresenta o que chamou de revoluções moleculares e Castoriades trouxe o pensamento dos movimentos sociais como forma de conquista de autonomias (SCHERER-WARREN, 1989).

Scherer-Warren (1989), a partir do percurso que fez pelos autores estudiosos dos movimentos sociais, mostrou que os grupos sociais vivem em disputa de poder e que em certa medida todos possuem momentos de oprimidos e de libertos. Porém, admite que existem grupos mais oprimidos que outros e é nestes grupos, desprivilegiados, que surgem os movimentos sociais, como expressão da contrapressão, como jogo do poder, ela afirma que

[...] a busca da libertação exige um agir ativo. Quando os grupos se organizam na busca da libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (SCHERER-WARREN, 1989, p. 8).

Para Scherer-Warren (1989), os movimentos sociais são frutos da necessidade de modificação ou adequação da sociedade às demandas de certos grupos, não necessariamente ligados à esfera de produção, mas que se sintam oprimidos de alguma maneira seja no que se refere ao trabalho, a cultura, a orientação sexual, ao gênero, enfim, tudo que englobe a vida humana.

Gohn (1997) também fez um apanhado sobre as diversas formas de teorizar os movimentos sociais. Porém, ao invés de dar protagonismo a autores, como fez

Sherer-Warren, ela elegeu alguns paradigmas para mostrar como foram teorizados os movimentos sociais ao longo do tempo. Partindo desse pressuposto procurou demonstrar, a partir do paradigma norte-americano, que a forma clássica de teorização e conceituação dos movimentos sociais fazia uma psicologização das ações, como se as adesões aos movimentos sociais fosse algo movido apenas pela insatisfação e inadequação dos indivíduos às mudanças advindas no período pós-industrial. Desta forma, os movimentos não eram percebidos como dotados de conotação política, mas como antidemocráticos, pois eram percebidos como manifestações de quem não aceitava o “progresso”, a nova maneira de produção social.

Esta teoria foi a mais aceita até a década de 1960 quando os movimentos sociais começaram a se diferenciar de algo advindo unicamente das classes mais populares para algo que englobava as mais diversas demandas. Dessa maneira, pessoas de classes mais abastadas passaram a integrar e também a se organizarem em movimentos sociais.

A partir deste cenário surgiu a teoria da mobilização de recursos para explicar os movimentos sociais. Ela retira o fator psicologizante dos sujeitos e passa a dar uma conotação comportamental/organizacional para os movimentos. Estes passam a ser vistos como grupos de interesse e “a variável mais importante da mobilização de recursos, como o próprio nome indica, é a dos recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura variada. Os movimentos surgiriam quando os recursos se tornassem viáveis” (GOHN, 1997, p. 51).

Pelo fato de priorizar os recursos financeiros e de infraestrutura, foram feitas as principais críticas à teoria de mobilização de recursos. Cohen *apud* GOHN (1997) destacou que a mobilização de recursos excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. Com base nessas críticas, nos anos 1990 a teoria de mobilização de recursos foi atualizada e tornou-se teoria da mobilização política que, como o nome sugere abandona, o viés economicista e passa a tratar mais do viés político.

A abordagem psicológica é reinserida, mas tratada sob um novo aparato, levando em consideração, por exemplo, a cultura, linguagem e identidades dos sujeitos. Apesar dessa reorganização ainda se tem críticas em torno da mobilização política e Gohn (1997, p. 114) afirma que com a teoria da mobilização política

o estudo dos movimentos fica reduzido ao estudo de tentativas coletivas de grupos na defesa de posições preestabelecidas de poder, defensivas ou ofensivas, posições que não estão estabelecidas em procedimentos institucionalizados pelo sistemas dominantes

Mesmo com as críticas que foram feitas à teoria da mobilização política, Gohn (1997) afirma que dentre as teorias do paradigma norte-americano esta é a que mais se aproxima com uma empregada no paradigma europeu, qual seja a teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais traz, segundo Gohn (1997), cinco características básicas que a diferenciam do marxismo. A primeira característica se refere à consideração da influência da cultura para o surgimento, desenvolvimento e ação dos/nos movimentos sociais e passa a tratar a cultura sob o viés das práticas culturais e não somente o aspecto de ideologia como é percebida no marxismo.

A segunda característica é a afirmação que o marxismo não dava conta de explicar a complexidade da sociedade, posto que ao perceber somente as questões macroestruturais e principalmente voltadas à economia, relegava ao esquecimento questões como a política e a própria cultura.

A terceira característica trata-se do deslocamento de um sujeito histórico extremamente racional e imbricado em um local classista, para o surgimento de um novo sujeito, aquele que ao invés de estar predestinado por sua posição de classe é resultado de um somatório de experiências sensíveis e também dotado de uma expressividade política que o propicia uma experiência de subjetividade e, assim, ele é participe de ações coletivas e não sujeito de uma revolução social trata-se agora de microrrevoluções.

A quarta característica elencada pela autora demonstra que a política se tornou central, o que possibilitou visualizar que o poder ocorre em todas as esferas sociais e não está restrita ao Estado. O poder passa a ser visto, nesta corrente, como o que foi proposto por Foucault (2007), como algo disseminado na sociedade.

Por último, na quinta característica, são analisadas as ações coletivas dos atores sociais e também a identidade coletiva formatada neste processo. Mediante este apanhado Gohn (2000) diferencia movimentos sociais de ações sociais, enfatizando que os movimentos sociais são bem mais gerais que as ações sociais. As ações sociais seriam atividades localizadas, ao contrário dos movimentos que são históricos e cíclicos, provocam modificações políticas e sociais num país, tem

relações com outros movimentos, organizações não governamentais (ONGs) e instituições e apesar da solidariedade não são homogêneos, possuem conflitos internos. Desta maneira ela define movimentos sociais como

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum (GOHN, 2000, p. 13).

Como vimos, são várias as maneiras de teorizar os movimentos sociais. Porém, mediante as características de cada uma, neste trabalho optamos pela teoria dos Novos Movimentos Sociais, por acreditarmos que os movimentos sociais são ações coletivas que buscam a efetivação de demandas. Entretanto, são demandas advindas somente de uma macroestrutura, mas demandas levantadas de acordo com o cotidiano e a necessidade de vida dos/as atores/atrizes sociais envolvidos/as. Essas demandas têm relação com a cultura que estas pessoas vivenciam, são expressão da resistência. Desta maneira, os atores sociais envolvidos demonstram que exercem poder sobre as estruturas que contestam e, mediante processos de subjetivação, formam uma identidade coletiva, ou seja, um modo de ser e viver que diferencia um grupo de outro na sociedade.

Gohn (2000) destaca que no Brasil com o advento da República, a substituição da mão de obra escrava pela assalariada e com o processo de urbanização e industrialização, outros problemas sociais fizeram parte da realidade brasileira e as lutas também tomaram outros contornos. Os pobres passaram a ter dificuldades maiores no que concerne ao acesso aos serviços urbanos e os escravos, além de partilharem desta dificuldade, também tinham problemas nas colocações no mercado de trabalho.

A partir desse quadro iniciou-se o processo de favelização e moradia em cortiços e com a proximidade dos atores sociais foram organizadas e ocorreram muitas revoltas populares em torno do acesso aos serviços urbanos ou protesto em torno deles (Revolta da Vacina, Revolta do Contestado, ligas contra o analfabetismo, entre outras), além de se iniciar o processo de greves e essas se alastram por todo o país.

Somente a partir dos anos 1920 e 1930 que podemos identificar, segundo Gohn (2000), a inserção das camadas médias e altas nos movimentos sociais no país na década de 1920, ocorreram lutas da população urbana e revoltas militares, enquanto na década de 1930 ocorreu o que ficou conhecido como Revolta de 30. Além dessa, até o golpe do Estado Novo em 1937, a autora destaca que inúmeros foram os movimentos que aconteceram e somente a partir do golpe engendrado por Getúlio Vargas que os conflitos no país são acalmados, porém, através de repressão.

Na década seguinte, 1940, Gohn (2000) destaca que iniciou um período de fertilidade para os movimentos sociais, isto porque o cenário internacional de Guerra Fria foi favorável ao desenvolvimentismo nacional. Ocorre a criação de várias associações de moradores de bairro, o Estado altera e abrange suas políticas, são criados os sindicatos do ABC Paulista. Esta situação de fortalecimento dos movimentos se segue até o início da década de 1960, quando acontecem muitas mobilizações grevistas no país. São criadas mobilizações urbanas e rurais todas em função de um projeto desenvolvimentista e reformista nacionais.

Porém, com o golpe militar de 1964, a organização popular é atacada e os grupos de resistência que prosseguem na luta são mínimos. Segundo Scherer-Warren (2007, no pós 1964, os principais movimentos de resistência à ditadura foram compostos pelos membros dos movimentos estudantis, além de artistas, intelectuais e pessoas ligadas à igreja progressista, com o objetivo da redemocratização do regime político.

Scherer-Warren (2007) demonstrou que, durante o período ditatorial, os focos de resistência foram combatidos por meio de repressão estatal e por meio do Ato Institucional nº 5 que vigorou de 1968 a 1979 e proibiu manifestações públicas no país.

Desta maneira, como destaca Gohn (2000), muitos movimentos sociais organizados partiram para uma guerrilha armada, a fim de continuar colocando em pauta suas demandas. Scherer-Warren (2007) destaca a ação da Igreja Católica Progressista e da teologia da libertação como auxiliador nesse processo de resistência na luta dos movimentos sociais, pois a partir da Igreja e das comunidades eclesiais de base, formou-se o novo sindicalismo e organizaram-se, como afirma Gohn (2000), os movimentos populares pela carestia, pelos transportes, de favelados, pela educação, dentre outros.

Com a reorganização dos movimentos sociais em torno de suas questões próprias e voltados conjuntamente pelo fim do autoritarismo do Estado, a década de 1980 foi decisiva para o país. Segundo Gohn (2000), o movimento Diretas Já, no ano de 1984, foi um marco na história sociopolítica do país, foi a determinação do fim da ditadura militar.

A partir daquele ano, o Brasil viveu um período de constituinte que culminou em 1988 com o que se chama até a atualidade de Constituição Cidadã, esse nome foi adotado mediante a participação intensa dos movimentos sociais na sua elaboração, bem como a defesa intransigente dos direitos humanos e dos próprios movimentos sociais que constam no documento.

Na década seguinte, os anos 1990, apesar de ter iniciado com um arrocho econômico, causado pela herança de juros e inflação do regime ditatorial, segundo Scherer-Warren (2007) foi uma década que os movimentos sociais perdem um pouco do protagonismo e crescem o número de ONGs e também do chamado terceiro setor de responsabilidade social. Somente no ano 2000 que os movimentos sociais voltam à cena, impulsionados pelo marco dos 500 anos do Brasil, organizações indígenas e rurais mostram suas demandas (GOHN, 2000).

No que concerne aos movimentos sociais do campo, estes sempre tiveram protagonismo na história do país. Gohn (2000) destaca que foram mobilizações nos espaços rurais que se configuraram como os primeiros focos dos movimentos sociais no Brasil, tratavam-se de mobilizações camponesas em torno da luta pelo trabalho e pela posse de terras, como foi o caso de Zumbi dos Palmares e demais quilombos, a Guerra do Contestado, a Balaiada, entre outros tantos.

Apesar de terem ficado um período sem tanta notoriedade, os movimentos sociais do campo retomam seu protagonismo a partir da década de 1940 com as associações e sindicatos e na década de 1950 assumem uma grande visibilidade a partir das Ligas Camponesas que se alastram em todo o Nordeste contra a concentração das riquezas e em prol da reforma agrária (MEDEIROS, 1989).

Mesmo durante as pressões exercidas pelos latifundiários e enfrentadas pelos camponeses, como assassinato dos líderes, as Ligas se fortalecem e quando não conseguem mais se manter sozinhas originam outros movimentos sociais como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que, segundo Medeiros (1989) assume a responsabilidade de ampliar a sindicalização rural no país.

Ainda podemos citar como herdeiros da tradição das Ligas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bastante atuante durante a década de 1970 e anos 1980, além do próprio MST que iniciou sua atuação na década de 1980 e durante toda década de 1990 ampliou suas ações, chegando na atualidade como o maior movimento social do país em termos numéricos e integrando uma organização internacional, a chamada Via Campesina¹⁰.

Como pudemos visualizar, os movimentos sociais no país são bastante antigos e significativos e neles também podemos observar sempre uma presença feminina, como foi o caso de Dandara, Olga Benário, Elizabeth Teixeira e tantas outras que obtiveram destaque. Também devemos enfatizar que existe um movimento social protagonizado especificamente por mulheres, o Movimento Feminista, e que este movimento social também proporcionou modificações no que tange às relações sociais entre homens e mulheres em âmbito internacional e nacional e auxiliou em modificações de cunho pessoal e político.

Costa e Sardenberg (2008) destacam que o movimento feminista na Europa eclodiu a partir das revoluções burguesas que de forma contraditória trouxeram consigo ações que na teoria beneficiaria a todos/as. Porém com a não efetivação da universalização dos direitos e com a transformação da burguesia em classe conservadora, verificou-se o surgimento de outras bandeiras de luta.

Observou-se que o movimento feminista foi um dentre os vários movimentos sociais que eclodiram frente aos ideais das revoluções burguesas que não foram colocados em prática, sendo, portanto, frutos de um sistema político-econômico excludente e privilegiador. Para as mulheres da burguesia o que imperava eram as regras ditadas pelos homens e, desta forma, elas foram as primeiras a impetrar lutas em reivindicação de direitos, solicitando inicialmente o direito à educação regular e ao voto.

No Brasil, segundo Marabezzi (2010), a história do feminismo não é bem documentada e apresenta registro apenas do que se chamou de ondas do movimento, ou seja, os momentos em que o movimento teve mais visibilidade. A primeira onda, datada do final do século XIX e início do século XX, possuindo como

¹⁰ La Vía Campesina cuenta con 181 organizaciones locales y nacionales en 81 países de África, Asia, Europa y América. En total representa a unos 200 millones de agricultores. Se trata de un movimiento político, autónomo, plural, multicultural, en su demanda de justicia social a la vez que se mantiene independiente de cualquier partido político, de cualquier tipo de afiliación económico o de otro tipo (Via Campesina, 2018).

seu escopo a década de 1930, foi marcada pela luta pelo direito à alfabetização feminina e ao sufrágio universal, por isso é também chamada de sufragista. Identificamos que naquele momento as bandeiras de luta não poderiam ser outras, principalmente se levarmos em consideração quais as mulheres que iniciaram o processo, quais sejam, as mulheres mais abastadas. Para elas a principal necessidade era o acesso à educação e direitos civis reconhecidos. Percebemos que este primeiro passo foi deveras importante. Porém, o movimento neste momento inicial não levou em consideração as diversas mulheres (trabalhadoras, escravas recém-libertas) e deste modo as diversas necessidades que cada uma tinha.

Marabuzzi (2010) dá destaque nessa onda para a figura de Bertha Lutz e sua influência para a conquista do sufrágio, levando em conta a criação e presidência da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922 e da sua participação no processo de constituinte em 1933.

A história do movimento feminista é cheia de contrapontos, momentos de ápice em contraste com momentos de recuo, horas de ganhos e horas de retrocessos. A sociedade continua tendo como premissa as relações tradicionais de gênero, àquelas em que as mulheres estão subjugadas aos homens e a religião sempre foi um instrumento de perpetuação dessas relações, modificá-las seria uma ameaça para a estrutura dessas organizações e não podemos negar que desde o “descobrimento”, o Brasil tem forte influência da religião católica e esta tem grande abrangência não só religiosa como também política.

Assim, após a conquista do voto, as mulheres (principalmente as da elite) recuaram ao ambiente doméstico e o movimento feminista só retorna a ter expressividade nas décadas de 1960 e 1970. Marabuzzi (2010) destaca que, ainda sobre a influência do feminismo internacional, aos poucos a percepção sobre a identidade da mulher brasileira vai sendo modificada e apesar de passar pelo regime ditatorial naquele período, a eleição do ano de 1975 como ano internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), fortalece e reaquece o movimento feminista no país.

Desta maneira, devemos destacar que no país as lutas em torno da contracepção e pela anistia foram intensas e vitoriosas, além de que o movimento feminista conseguiu inserir suas pautas em jornais e programas de televisão, aumentando, assim, sua abrangência.

No período de redemocratização percebemos que as mulheres tiveram vários ganhos e devemos enfatizar ainda que é na segunda onda do movimento que os estudos de gênero são introduzidos no país, ganham espaço nas universidades e reverberam a luta feminina por emancipação, reconhecimento de direitos e participação na sociedade.

O movimento feminista não se restringiu às ruas, ele promoveu ações de intelectuais e foi/continua sendo estudado a partir de diversas vertentes teóricas. Inicialmente tivemos os estudos em torno dos papéis sociais e dos laços de parentesco, depois os estudos sobre o patriarcado e a política sexual, momento em que foi galgada a categoria gênero para explicitar a situação das mulheres.

Os primeiros estudos no Brasil, datados da década de 1970, estavam centrados na mulher e tinham como objetivo evidenciar a subordinação feminina na sociedade brasileira. Já na década seguinte se percebe que aos poucos, os estudos sobre a mulher vão sendo substituídos por estudos de gênero (HEILBORN; SORJ, 1999).

Corrêa (2001) traz uma característica que, em sua opinião, foi um dos fatores que possibilitou essa migração dos estudos sobre a mulher para os estudos de gênero. Ela demonstra que houve um diálogo entre o Movimento Feminista e o Movimento de Homossexuais, o que permitiu se pensar sobre a binarização dos termos masculino/feminino e a desnaturalização deles. Para Heilborn e Sorj (1999, p. 186) a mudança dos estudos sobre a mulher para os estudos de gênero “favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino”. Percebemos, ainda, que a partir desta virada percebe-se um acréscimo na credibilidade dos estudos da área.

Devemos enfatizar que no Brasil, os estudos de gênero, historicamente, seguem uma tendência internacional e, neste âmbito, uma das primeiras formas de se estudar gênero foi sob a vertente marxista. A partir desta formou-se o conceito de patriarcado, sendo entendido como um sistema de dominação masculina. Assim, nesta perspectiva, o gênero está para o patriarcado como o trabalho está para o capitalismo, ou seja, trata-se de uma relação social, e para Devreux (2011, p. 7), “relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos”.

A abordagem acerca de relações sociais de sexo é legatária do pensamento feminista francês marxista e, segundo Ferrand, em entrevista sistematizada por Rial, Lago e Grossi (2005), as primeiras pesquisadoras feministas francesas galgaram o termo relações sociais de sexo, a fim de denunciar a opressão vivida pelas mulheres e também para analisar as condições de vida, realidade social e a divisão sexual do trabalho.

Na perspectiva marxista os/as autores/as utilizam da forma relações sociais de sexo ou relações de gênero, a fim de evidenciar a formação do sistema patriarcal e da “interdependência” dos termos masculino e feminino, ou seja, sugerem que masculino e feminino são interligados e desenvolvem funções sociais que estão em dependência mútua. Porém, percebemos uma essencialização do sexo biológico e o tratamento do gênero enquanto uma construção social do sexo, ou seja, papéis sociais atribuídos aos corpos biologicamente constituídos.

Scott (1995) faz diversas críticas de como o termo gênero vinha sendo utilizado até o período. Afirma que gênero não é sinônimo de mulher e que também não se trata de uma referência descritiva das relações entre os sexos e que, se tratado desta forma, o gênero seria apenas uma adesão funcionalista sobre a biologia e que não colaboraria para a mudança de paradigmas.

O gênero, a classe e a raça tem o mesmo peso teórico. Porém, raça e gênero foram relegadas a segundo plano enquanto somente a classe foi teorizada. Desta maneira, propõem um aporte teórico para o gênero, qual seja o pós-estruturalismo. Esta autora rejeita a proposição de oposições binárias, pois entende que o binarismo sempre toma um polo como ideal/dominador e o outro como secundário/dominado e ela, ancorada na perspectiva foucaultiana, acredita que o poder é dissipado e exercível, não detido (SCOTT, 1995).

Mediante as premissas acima, Scott (1995, p. 14), define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e como “o primeiro modo de dar significação às relações de poder”. A autora pensa o gênero a partir de um sistema de relações (sociais e de poder) em que o sexo é um dos elementos e não o elemento determinante. Desta maneira, abre possibilidades de pensar o gênero com ênfase para a diversidade, pois o sexo não determina o gênero, nem tampouco este tem relação direta com a sexualidade.

Nicholson (2000) segue a mesma abordagem de Scott (1995) e também acredita que o gênero independe do sexo biológico. A autora faz a diferenciação

entre determinismo biológico, que trata sexo e gênero como naturais, do que ela nomeou como fundacionalismo biológico, que trata do gênero como construção social fundada no sexo (um porta-casacos da identidade, segundo a autora). Ela afirma que, até então, era essa a perspectiva de estudos que vinha sendo desenvolvida.

A autora reconhece que o fundacionalismo biológico representou um avanço por desnaturalizar o gênero. Porém, este também deveria ser superado, posto que o corpo e suas representações sociais também são construções sociais e que as diferenças nas construções dos corpos também afetam a maneira que se constrói o masculino e o feminino nas sociedades e culturas (NICHOLSON, 2000). Dessa maneira, o ser mulher e o ser homem não pode ser resumido nem presumido através de uma genitália.

Dentre as possibilidades de análise da categoria gênero situamos este estudo na abordagem pós-estruturalista, pois acreditamos na crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista. Concordamos com Nicholson (2000) quando a mesma afirma que o fundacionalismo biológico deve ser superado, pois o corpo também sofre interações sociais que afetam a maneira como o masculino e o feminino são construídos em cada tipo de sociabilidade. Percebemos o gênero para além de uma construção social com base num corpo biológico, como afirma Louro (1997, p. 22)

Pretende-se, desta forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

As desigualdades entre homens e mulheres estão fundadas na sociedade e não assentadas num corpo biológico. Em função disto que, neste estudo, utilizaremos para discutir a categoria gênero a definição de Scott (1995) que a remonta como uma categoria analítica que media as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos amparando nessas as significações das relações de poder.

Fizemos a opção pelo conceito de gênero evidenciado por Scott (1995), pois ele nos demonstra que o gênero está para além de um corpo biológico, podendo, inclusive, interferir na produção desses corpos, da mesma maneira que atua nas mais vastas áreas da interação humana, passando obrigatoriamente pela esfera política e participativa. Assim, o gênero interfere diretamente no nosso objeto de estudo, qual seja a participação política das mulheres no MST e mais precisamente na Brigada Caetés, como local de ação política.

1.2 Participação política e o lugar da mulher nos Movimentos Sociais do Campo

Nesta secção discutiremos sobre a participação política das mulheres nos movimentos sociais. Também é fulcral entender como se processa o conceito de participação política, além de entender o local ocupado pelas mulheres nos movimentos sociais. Destarte, iniciaremos esse ponto problematizando o conceito de participação política. Para fazer isso, porém, é necessário lançar mão de duas definições anteriores, quais sejam a de política e a de democracia, pois acreditamos que elas se fazem importantes para o entendimento do conceito de participação política.

Segundo Dallari (1983), o termo política deriva do grego, onde *polis* fazia referência a cidade, ou seja, o local em que as pessoas viviam e conviviam. Portanto, para os gregos, política se referia a vida na *polis*. Já democracia, segundo Lins (2017), estava para os gregos intimamente ligada a ideia de participação, as pessoas que eram consideradas cidadãs na Grécia antiga participavam de todo o processo de tomada de decisões da vida em sociedade, tudo era feito em grandes assembleias.

Já em Roma, existiu um processo semelhante, mas chamado de República e, a medida do tempo, os romanos notaram que quando a quantidade de cidadãos cresceu demais, era impossível que todos participassem da tomada de decisões diretamente, assim, Roma inaugurou uma democracia representativa que até a atualidade é a mais utilizada, porém não é a única forma de participar das decisões e da vida em sociedade.

Assim, conforme afirma Borba (2012), através do tempo, a literatura modificou o conceito de participação política de acordo com o momento social vivido. Durante

a maior parte do tempo, este conceito tratava apenas do processo eleitoral e aos poucos incorporou outras categorias. Passou a não se tratar apenas de escolher um governo ou influenciar suas decisões, o conceito tomou proporções maiores e incluiu também a ação direta exercida pelos indivíduos e grupos sociais.

Desta maneira, acreditamos que participação política faz referência a interação dos integrantes da sociedade de modo a perpetuar ou modificar situações, de forma direta ou através da representação, visando a melhoria do convívio social e garantia dos direitos, já sendo por si só um direito, consagrado na Declaração dos Direitos Humanos. A participação política faz parte do processo democrático, além de ser, segundo afirma Dallari (1983), também um dever, posto que para que o interesse de todos sejam respeitados, todos devem opinar.

Dallari (1983) ainda nos apresenta as formas de participação política, que pode ser: a participação individual, coletiva, eventual, organizada, eleitoral, em partidos políticos, o exercício de uma função pública e participação em reuniões, movimentos e associações.

A participação individual que ocorre quando se dá a conscientização do indivíduo, posto que, o autor argumenta que, esta só ocorre de forma individual; a coletiva acontece quando um grupo se reúne em torno de um objetivo em comum; a eventual é aquela que ocorre em momentos pontuais diferentemente da organizada que se processa de maneira sistemática e continua; a conscientização e organização se dá em levar discussões políticas às pessoas que não tem esclarecimento sobre tais e também auxiliar de forma material e imaterial a organização de grupos; a eleitoral é aquela que ocorre no pleito, pode ser como eleitor, candidato ou militante de partido.

No que se refere aos partidos políticos, Dallari (1983) afirma que estes espaços foram pensados para aglutinar pessoas em torno de um objetivo e teorias em comum, mas ao longo do tempo foram sendo dominados por grupos de interesse. Apesar disso, os partidos, segundo o mesmo autor, ainda se constituem como uma boa alternativa de participação. A questão posta é que a população deveria assumir sua liderança e, assim, tomar parte na representação eleitoral e consequentemente governamental.

O exercício de uma função pública é também uma forma de participação política, pois levando em consideração que o serviço público bem executado pode contribuir com o governo e da mesma maneira pode deixar má impressão se for mal

executado, consciente ou inconsciente, o servidor público participa do cenário político (DALLARI, 1983).

Por fim, Dallari (1983) ainda pontua a participação em reuniões, movimentos e associações como formas de participação política. A reunião é um instrumento utilizado por um grupo para organizar situações e objetivos em comum; os movimentos são formas organizadas, em momentos determinados ou permanentes para se alcançar um fim desejado; as associações são mais formais que os movimentos, permanentes e com participantes determinados (aceitos pelo grupo).

Como podemos perceber a participação política faz parte do dia a dia de uma sociedade e em certa medida, todos fazem parte do cenário, seja atuando ativamente nas decisões ou mobilizações sociais ou como parte impactada nas mudanças sociais realizadas.

No caso das mulheres, durante muito tempo foi negado que as mesmas estivessem presentes nos espaços de decisão da sociedade, mas, a partir de pequenos grupos que se organizaram quando perceberam a necessidade de estarem nestes locais, as mulheres passaram a ter, pouco a pouco, seu espaço e sua voz reconhecidos.

Como vimos na seção anterior, o movimento feminista foi quem inaugurou esse espaço, mas podemos perceber que as mulheres passaram, ao longo do tempo, a ocupar os mais variados locais. No que concerne à participação política nos movimentos sociais, percebemos que a presença de mulheres se dá nas mais diversas pautas: moradia, saúde, educação, contra a violência, entre tantos outros espaços e, como era de se esperar, também percebemos a presença das mulheres nos movimentos sociais do campo.

Como também já mencionado na seção anterior, a luta em torno da posse de terras no país remonta a chegada dos portugueses, como afirma Medeiros (1989), o processo de subordinação dos trabalhadores do campo está longe de ter sido passivo e cordial durante todo o período os trabalhadores resistiram e resistem até a atualidade.

Porém, até a década de 1950 essas mobilizações eram dispersas, o que foi sendo modificado a partir do surgimento das Ligas Camponesas que foram o pontapé inicial para os movimentos sociais organizados do campo. A partir de então surgiram e/ou se fortaleceram inúmeras frentes e apesar da ditadura militar ter feito uma dura oposição aos movimentos sociais, em especial aos movimentos sociais do

campo, lançando pacotes de medidas para a produção rural, a chamada modernização conservadora, baseada na revolução verde¹¹ e perseguindo, prendendo e executando vários dos líderes camponeses, os movimentos sociais do campo seguiram na luta, como é o caso dos Sindicatos Rurais que uniram-se e fundaram a CONTAG, além do surgimento de outros movimentos como é o caso da CPT e do MST. Mostrando a diversidade de atores e de trabalhadores rurais, são sem-terra, extrativistas, trabalhadores familiares entre tantos outros que passaram a mostrar as diversas pautas existentes nos movimentos sociais do campo.

Como afirmamos, desde o início deste percurso até a atualidade, as mulheres estiveram dando sua contribuição. Porém, também podemos afirmar que durante bastante tempo elas tiveram sua presença invisibilizada ou secundarizada, são poucas as que conseguiram registrar seu nome na história, como é o caso de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves. Somente no período ditatorial, na lógica de diversificação das pautas sociais e políticas que a categoria mulher foi, também, evidenciada nos movimentos sociais camponeses.

Devemos lembrar que não identificamos essa invisibilidade da mulher no campo como algo dado ou natural, mas levando em conta a categoria gênero como aquela que media as relações humanas e funda nelas as relações de poder (SCOTT, 1995). Percebemos que apagar a mulher do cenário político do campo está a serviço da manutenção das estruturas de dominação, pois, como afirma Jalil (2013, p. 45),

as mulheres foram destinadas a realizar atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado da família, dos pequenos animais, dos quintais. Estão no dito espaço doméstico e, nesta lógica, todo trabalho desenvolvido por elas passa a não ser reconhecido ou é invisibilizado. Estes espaços, assim como as mulheres e todas as atividades desenvolvidas por elas ganham o mesmo significado para o mundo social, ou seja, não têm valor, não se percebem, tampouco se reconhece sua importância.

Desta maneira, o trabalho feminino no espaço rural não sendo reconhecido, a própria mulher passa a ser esquecida e silenciada e, deste modo, sua participação

¹¹ “A Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 44). No Brasil, foi inserida no período da ditadura militar, através da modernização conservadora que seria inserir o pacote tecnológico da revolução verde sem modificar a estrutura agrária do país, baseada nos grandes latifúndios.

política nos espaços não é evidenciada, pois, no imaginário social, a presença feminina nesse local, até a década de 1970, se fazia somente para ser uma auxiliadora dos verdadeiros atores sociais, quais fossem, os homens. Mesmo assim, não podemos deixar de enfatizar que as mulheres estiveram presentes em todos os processos de luta e conquistas de direitos até o período mencionado, mas como dizemos, eram secundarizadas na história.

Sob as duras repressões que tiveram a partir do início do período de ditadura militar, os avanços obtidos pela população do campo até então foram ameaçados. Desta maneira, ocorreu a necessidade de avançar na luta. Nesse processo, as mulheres além de lutarem pelos direitos até então conquistados, começaram a identificar também a desigualdade de gênero que vinham sofrendo até aquele momento, o fato de, nesse período, muitos dos homens líderes dos movimentos terem sido perseguidos, pode ter contribuído com essa nova colocação das mulheres.

Porém, é certo que a intensificação do movimento feminista no Brasil foi de grande relevância para o reposicionamento das mulheres camponesas, posto que, a medida que as ideias e os ideais feministas avançaram, atingiram o maior número de pessoas e de movimentos sociais, chegando, assim, às mulheres camponesas e fazendo com que elas refletissem sobre sua situação (AGUIAR, 2016).

Conforme Jalil (2013), foi a partir da década de 1970 que as mulheres passaram a lutar para também serem protagonistas dos movimentos sociais do campo até este período, levando em conta a invisibilidade do trabalho feminino no campo, elas não eram consideradas juridicamente como trabalhadoras rurais. Em função disso, não podiam ser sindicalizadas, tampouco obter direitos sociais, trabalhistas e previdenciários que dependessem de tal status. Desta maneira, sendo impedidas de acessar direitos básicos, as mulheres do campo eram relegadas a segundo plano, no que concerne a vida social e também financeira, assim eram em pleno século XX, ainda forçadas a viver sob o jugo de um homem, aquele que era considerado cidadão e, assim, detinha todos os direitos. A mulher era percebida, apenas, enquanto sua dependente fosse o homem seu pai, seu esposo ou até mesmo seu filho. Segundo Barros (2005, p. 36)

A organização das mulheres trabalhadoras rurais ocorreu, num primeiro momento, em pequenos grupos para discutir seus

problemas e dificuldades, sendo também uma oportunidade de troca de experiências, de construção de vínculos de afetividade, solidariedade e formação política.

Esse primeiro momento é marcado por uma série de conflitos, de cunho privado e público, posto que ao assumirem o espaço de sujeitos políticos, as mulheres passam a ressignificar o seu local e espaço na família, na divisão social e sexual do trabalho e nos movimentos sociais, se colocando agora como alvo da intervenção do Estado, bem como das políticas públicas e esta situação, apesar de necessária para as mulheres, não era bem quista na sociedade, o que causou maus olhos, tanto na própria família quanto na sociedade de forma geral que não aceitava a nova colocação das mulheres camponesas. Devemos enfatizar que nesses primeiros passos, além do contato com as ideias feministas, houve o incentivo das Comunidades Eclésiais de Base (CEBs), da Igreja Popular, que auxiliou no incentivo e organização de reuniões (DEERE, 2004).

Nesse âmbito, conforme Jalil (2013), o primeiro passo seria formar e legitimar uma nova identidade, a de trabalhadora rural. Enquanto nas cidades as mulheres eram há muito tempo amparadas pela legislação trabalhista, no campo, em função da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, as mulheres ainda eram consideradas “domésticas” ou “do lar”, inclusive aparecendo essas nomenclaturas em documentos oficiais, como certidão de casamento ou de nascimento dos filhos. Desta maneira, o primeiro passo foi a formação de grupos, movimentos e associações específicas de mulheres do campo, como foi o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste que

surge no Sertão Central de Pernambuco através da organização de mulheres trabalhadoras rurais que participaram de lutas por terra no início da década de 1980. A partir da organização de grupos de base, elas se firmaram nos espaços públicos e organizaram o movimento. A história do MMTR inicia na década de 1980, quando em vários estados eclodiram conflitos de terra, ao mesmo tempo em que a problemática da mulher nas lutas do campo ganhava destaque. Começaram a discutir os problemas que as mulheres enfrentam, enquanto trabalhadoras, a sua identidade e como a articulação entre elas poderia ajudá-las a ocupar seu espaço. Com as contribuições dos debates sobre gênero, introduziram-se novas preocupações, como a necessidade de repensar os papéis masculinos e femininos e dar visibilidade ao trabalho das mulheres (BARROS, 2005, p. 36).

Além da formação dos movimentos específicos de mulheres ocorreu também a intensificação da participação das mulheres em movimentos sociais mistos¹² ocorrendo, inclusive, a criação de pautas específicas para elas, como foi o caso do MST que criou uma Comissão Nacional de Mulheres e incluiu nas suas diretrizes pautas relativas à luta feminina, além da organização de encontros regionais e, posteriormente, nacionais, para discussão da situação da mulher no campo.

Depois de um longo período de mobilização, no ano de 1985, a categoria trabalhadora rural foi reconhecida e somente em 1988, a partir da promulgação da chamada “Constituição Cidadã” as mulheres camponesas passaram a ter o direito de sindicalização, bem como de acessar os benefícios previdenciários, incluindo o auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria por idade e também saem da tutela masculina no que se refere ao domínio e posse de terras, que até então não poderia ser acessada pelas mulheres. Segundo Lusa (2017, p. 5), essa foi uma das conquistas mais importantes.

Evidenciam-se dois avanços muito importantes neste dispositivo da Carta Magna. O primeiro é a consideração em si de que a mulher pode dispor do domínio (propriedade) e da concessão de uso (posse) da terra, de forma individual ou em conjunto com o homem. O outro é a relativização do estado civil das mulheres. Este segundo requisito não poderia passar despercebido. Antes disto, somente a mulher casada detinha status de capaz e responsável na sociedade, embora também ela se subordinasse ao esposo. As mulheres solteiras, ou desquitadas, quando muito divorciadas, ou mesmo as viúvas eram destituídas da cidadania acompanhada de certa responsabilidade e independência, sendo tuteladas por seus pais, irmãos, tios ou parentes afins, com quem conviviam (LUSA, 2017, p. 5).

Após a conquista jurídica, as mulheres camponesas se mantiveram organizadas e houve o surgimento de outras frentes de mulheres camponesas, isso para que os direitos fossem efetivados, frente à entrada da política neoliberal no país na década de 1990 (DARON, KROTH, RUBENICH, 2003 *apud* BARROS, 2005), além de haver mobilizações em torno da implementação de políticas públicas para a população do campo.

Atualmente, as mulheres camponesas continuam garantindo sua participação política em movimentos sociais rurais específicos de mulheres ou em movimentos

¹² Estamos chamando de movimentos sociais mistos aqueles que tem em sua formação homens e mulheres.

sociais mistos, a fim de dar visibilidade às questões gerais do campo ou às questões específicas das mulheres.

Devemos mencionar aqui que, com o propósito de dar visibilidade às pautas das mulheres do campo e da floresta, desde o ano 2000 acontece, em Brasília, a cada quatro anos, a Marcha das Margaridas¹³. Organizada inicialmente pelas mulheres do MSTTR, hoje reúne mulheres dos mais vastos movimentos sociais rurais e dá notoriedade nacional as necessidades das mulheres camponesas.

Em âmbito local, podemos destacar a realização anual, em momento alusivo ao 8 de março, da Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia, organizada pelo Polo da Borborema, sindicatos rurais e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), com a intenção de promover a discussão da agroecologia¹⁴, além de denunciar a violência contra a mulher (AS-PTA, 2017).

Como podemos perceber, o reconhecimento da participação política e dos direitos das mulheres camponesas ocorreu a partir de muita mobilização e as mesmas continuam organizadas para que não percam os espaços conquistados.

¹³ “A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta” (FETASE, 2018).

¹⁴ “A Agroecologia representa um conjunto de técnicas e conceitos que surgiram em meados dos anos 70 e visa a produção de alimentos agropecuários mais saudáveis e naturais. Tem como princípio básico, construir uma relação racional com os recursos naturais. Falando de um jeito mais simples, agroecologia é uma forma de produzir os alimentos necessários para as nossas famílias, promover uma condição de vida digna, educação e saúde. Tudo isso interagindo com os recursos naturais de nossas propriedades, garantindo que a atual e futuras gerações possam viver com dignidade” (ALMEIDA *et al.*, 2012, p. 7).

CAPÍTULO II

2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA EM FOCO

Neste capítulo discutiremos sobre a trajetória política e social do MST, articulando tais discussões aos conteúdos das entrevistas com as integrantes, dirigentes e ex-dirigentes, do MST na Brigada Caetés da Paraíba, com o objetivo de demonstrar como cada informante se posiciona frente o movimento, a partir da atuação das mulheres, cerne de nossas reflexões. Antes disso, porém, precisamos contextualizar historicamente e entender o que é o MST, como ele surgiu e como está organizado no Brasil e na Paraíba.

2.1 O MST no Brasil e na Paraíba

Para entender o surgimento do MST temos que rememorar o que foi enfatizado no capítulo anterior, na qual afirmamos que os movimentos sociais são ações coletivas que buscam a efetivação de demandas advindas de um contexto social, cultural e político, com vistas a exercer um poder dentro da sociedade via resistência formando uma identidade coletiva.

Desta forma, o MST é um movimento social que prima pela efetivação da Reforma Agrária no Brasil. Devemos ainda pontuar que a pauta de Reforma Agrária no país é datada do período colonial e que antes do surgimento do MST surgiram diferentes mobilizações organizadas por movimentos sociais que conduziram ao debate em torno da terra e da reforma agrária buscando sua efetivação.

O MST começa a ser projetado no segundo lastro da década de 1970, como herdeiro desses outros movimentos sociais, como exemplo, as Ligas Camponesas e a CPT, em contraposição ao regime militar e aos pacotes tecnológicos empregados no campo e com apoio de instituições como a Igreja Católica e CUT. Sua primeira ação ocorreu em 1979 com a ocupação da gleba Macali, localizada no Rio Grande do Sul, por 110 famílias. Outras ações foram acontecendo no país, em especial na região Sul e as pessoas envolvidas na ação organizaram um encontro nacional que ocorreu em 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná, onde o MST foi formalmente fundado e nomeado (FERNANDES, 2000).

Segundo Fernandes (2000, p.50), “a gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado”, foi ainda no I Encontro Nacional que foram definidos os objetivos

gerais do MST que foram ampliados dez anos depois no III Congresso Nacional ficando definidos como

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2. A terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST *apud* FERNANDES, 1994, p. 72).

O surgimento do MST se atrela ao momento histórico vivido no país, bem como a ação dos movimentos sociais mais antigos que ele e seus objetivos se conectam a efetivação da reforma agrária no país e também ao bem-estar da população de forma geral, como o próprio movimento afirma, até a atualidade o MST é uma referência na luta pela reforma agrária no Brasil e posiciona-se veementemente contra qualquer forma de injustiça e desigualdade social.

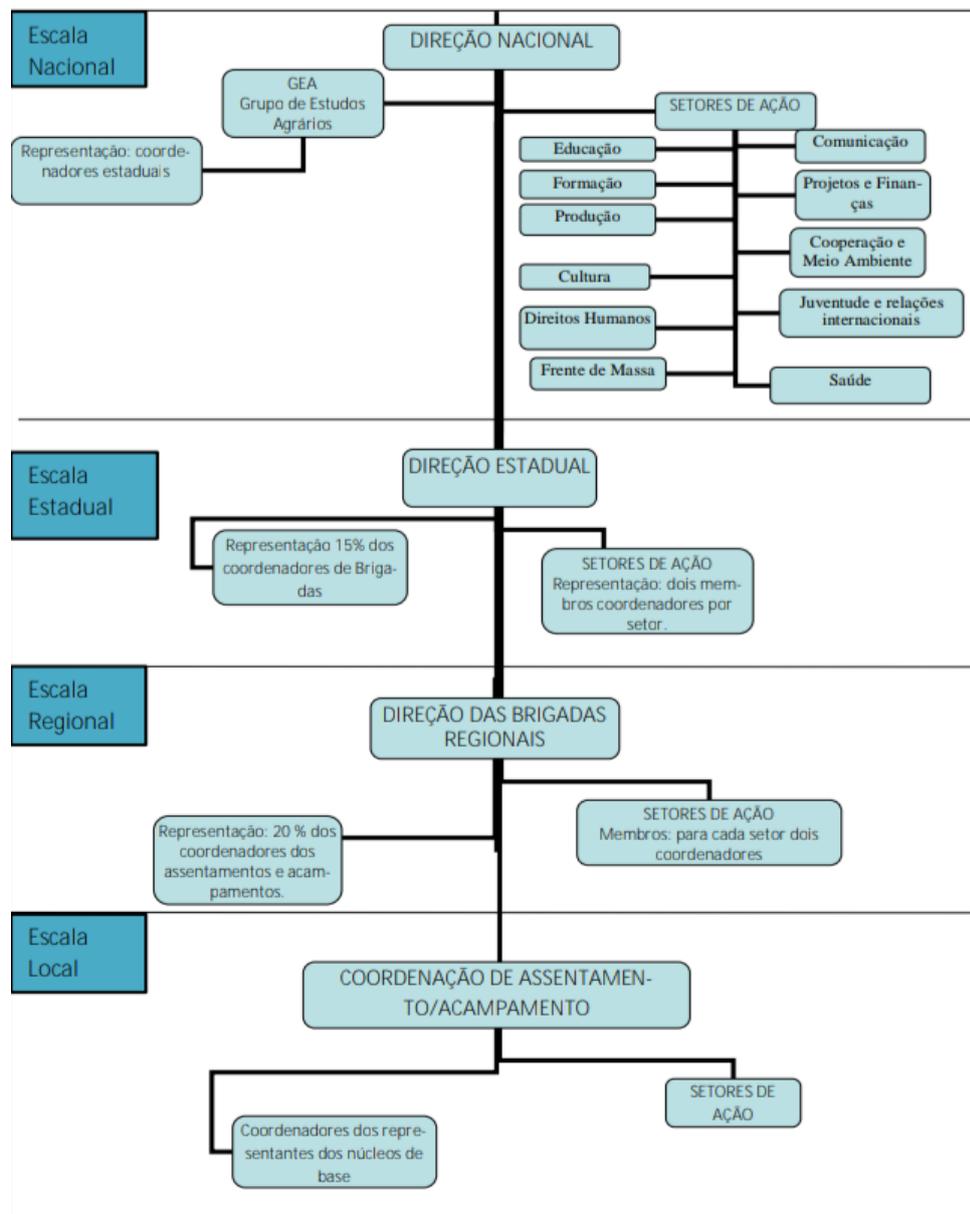
Na atualidade o movimento está organizado em 24 estados das cinco regiões do país e conta com a participação de mais de 350 mil famílias (MST, 2018). No que se refere à organização do movimento, a mesma é verticalizada, a base do MST é composta por todas as famílias assentadas e acampadas divididas em núcleos de base ou de famílias em seus respectivos assentamentos e acampamentos¹⁵, contando com a participação de até 20 famílias e tem a prerrogativa de reunir-se duas vezes ao mês. As brigadas, por sua vez, são compostas por grupos de até 500 famílias levando em conta um território. Estas brigadas dividem-se em setores, sendo estes: educação, saúde, gênero, produção, comunicação, cultura, frente de massa e formação. Depois das brigadas, temos as direções estaduais, por região e nacional, que também seguem a divisão por setores, as instâncias organizacionais

¹⁵ O MST, assim como outros movimentos sociais do campo, realiza a luta por Reforma Agrária em dois momentos principais, que são o acampamento e o assentamento. Segundo Caldart (2004), o acampamento é o momento do ingresso na luta, onde são realizadas as primeiras formações com os trabalhadores rurais e onde eles tomam consciência da exploração e marginalização que sofriam. Os acampamentos podem ser construídos em locais que se reivindique a desapropriação ou à beira de rodovias, sempre locais que evidenciem o porquê da luta. São também nos acampamentos que geralmente ocorrem os conflitos, pois este é o momento em que ainda não se possui a imissão de posse da localidade. Já o assentamento é o momento em que a terra já foi conquistada, onde os, agora, assentados decidem a disposição das casas e lotes, constroem as moradias, bem como os aparelhos sociais, como associações e cooperativas. É o momento em que se origina uma nova comunidade, bem como a luta passa a se diferenciar de busca pela terra para a busca de efetivação de políticas públicas para a localidade (CALDART, 2004).

do MST prezam pela paridade de gênero nos espaços de coordenação, nesses espaços de direção todos possuem a mesma responsabilidade.

Para facilitar a compreensão da estrutura organizacional do MST iremos utilizar um organograma desenvolvido por Oliveira (2010, p. 46) a partir de informações cedidas pela secretaria estadual do MST no ano de 2009.

FIGURA 1: Estrutura organizacional do MST



FONTE: Oliveira (2010).

O processo de tomada de decisões e escolhas dos dirigentes no MST se inicia nas bases até chegar às instâncias superiores. Podemos afirmar que este

processo se assemelha a uma pirâmide invertida, posto que as diretivas começam a ser definidas nas reuniões em grupos de famílias que devem ocorrer duas vezes ao mês, levadas aos encontros das brigadas e, posteriormente, aos encontros estaduais e nacionais que devem ocorrer a cada dois anos, chegando até ao congresso nacional que deve ocorrer a cada cinco anos.

A maior instância da organização é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas – não é um momento de decisões (FERREIRA, 2015, p. 111).

Priorizar a tomada de decisões e iniciar ações nas bases faz com que todos possam fazer parte do processo e como, segundo o MST (2018), ele se configura como uma tentativa de modificar e/ou reposicionar os personagens do campo brasileiro que foram prejudicados durante toda a história do país e uma tentativa de efetivar a Reforma Agrária, fazer com que todos se sintam integrados ao Movimento é importante para a realização das ações. A partir de nossas entrevistas, buscamos entender como cada participante definia o movimento que fazem parte. Desta maneira Antônia Flor informou que

O MST é uma organização que surgiu pela necessidade de organizar os agricultores sem terra, né? Era um grupo que tava se organizando junto com a CPT, que é mais velho que o movimento sem terra, e nessa época, eles sentiram a necessidade, já que a CPT era mais um grupo jurídico, e eles sentiram a necessidade de um grupo, de um movimento social que representasse os agricultores sem terra além do jurídico, então assim, é um movimento que hoje a gente não luta só por terra, o objetivo dele era organizar os agricultores na conquista pela terra, mas a partir da conquista foi surgindo novas necessidades. Então eles viram que era necessário ir além da terra, que a terra era só o primeiro passo e começaram a se organizar e fazer novas lutas por educação, por saúde, porque o objetivo deles era que além da terra os agricultores tivessem uma vida digna, aonde tivesse todas as condições sociais para se manter naquela terra. E hoje o movimento sem terra ele vai muito além de tudo o que ele foi pensado. Hoje a gente também luta por uma sociedade mais justa, a nossa luta hoje não é só pelos sem terra, a gente se organiza pensando em um projeto maior, onde a gente se vê necessário organizar a população campo-cidade a lutar por um novo projeto social. Então, a gente hoje vê que muitas vezes a gente não tem nem pernas pra lutar pelo que a gente quer. Então, a necessidade de se unir com outras organizações pra que a gente possa estar atingindo o nosso objetivo (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos perceber a fala de Antônia Flor demonstra que a mesma tem conhecimento sobre a história do movimento, bem como corrobora com o que havia sido encontrado nas fontes bibliográficas, tanto no que se refere a formação do MST quanto aos seus objetivos, a informante apresenta um movimento social preocupado com o bem-estar de seus integrantes e também da população brasileira em geral.

As militantes Penha Nascimento e Vanete Almeida, definem o movimento de maneiras semelhantes, enfatizando-o como um local de luta e de conquistas sociais para seus integrantes. Já Roseli Nunes apresenta em sua narrativa a imbricação entre o movimento social e a sua vida

Nossa!!! O MST para mim hoje é [...] de uma forma, assim, bem geral, a minha vida! Minha vida tem sentido, não aquele sentido de “Ah, você daria sua vida pelo movimento?” Não, mas eu comecei a viver quando eu descobri de fato o movimento. Porque até então as coisas é como se não fizesse sentido, no sentido, assim, você vê a questão de movimento, de pessoas, como distante, e agora não eu faço parte entendeu, eu faço parte realmente daquilo, não é alguma coisa distante, eu sou parte disso (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A ex-coordenadora de setor demonstra que a modificação que percebe em sua vida a partir da sua integração ao MST, foi decorrente de sua admiração ao movimento e a luta social que o Movimento já empreendia na cena social do campo e, portanto, modificou sua participação política a partir da sua entrada no Movimento e aumentou sua realização pessoal posterior a isto.

Ainda pedimos que, mediante a definição do que seria o movimento social, as militantes apresentassem o que ele representa para elas e Vanete Almeida continuou a mencioná-lo com a palavra luta, dessa vez, associando também a busca por direitos. A mesma afirma que “se resume em luta, a palavra MST, luta pelo direito da educação para o campo, da educação no campo, direito à Terra, direito que são negado à maioria das pessoas” e como podemos identificar, ela demonstra que essa busca por direitos não abrange somente a si mesma, mas faz referência a população de maneira geral. Para essa indagação Roseli Nunes compara o MST a um corpo

Ele representa o todo de um corpo o qual eu não sei especificar onde eu estou situada, eu sei que eu sou parte deste corpo, mas não sei nesse momento a minha função, eu sei que em algum momento, me arrisco até a dizer, que às vezes eu fui o braço, mas hoje eu não arrisco a dizer qual a minha função dentro desse corpo, mas eu sei que ainda sou parte desse corpo (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A partir de sua fala, a ex-coordenadora de setor demonstra a funcionalidade que cada militante possui no interior do movimento social e, no que se refere ao MST, podemos perceber que sua forma de organização faz com que cada indivíduo tenha um local de atuação, seja integrando os grupos de família e tomando decisões na localidade em que vivem, quer seja fazendo parte das brigadas e direções estaduais e nacional e também participando dos congressos nacionais.

Liberdade de expressão é a representação que Penha Nascimento faz para o MST. Ela afirma que “o MST representa a liberdade de todas as formas de expressão, de vida”. A partir de sua fala demonstra que sua participação no movimento lhe propiciou segurança para expressar-se. A resposta de Antônia Flor para esta questão pode ser associada à resposta de Roseli Nunes para a questão anterior, posto que ela também descreve uma modificação em sua trajetória de vida mediante sua participação no movimento social.

Eu sempre digo pra todo mundo, o MST pra mim foi o tudo, né? O que eu sou hoje enquanto pessoa, enquanto formação, o conhecimento que eu tenho, eu digo que foi o movimento sem terra. Então, eu não consigo me ver sem o movimento, eu tive afastada, eu digo afastada das instâncias, mas sempre participei das atividades enquanto movimento durante 4 anos, porque estava numa sala de aula, mas, assim, eu não conseguia ficar longe do movimento, porque o movimento ele fez parte, ele é minha vida. Tudo o que eu sou hoje, tudo que eu tenho hoje foi através do movimento sem terra. Então eu não consigo me ver sem o movimento. Então, eu admiro muito, respeito e fico muito triste quando eu vejo as pessoas falando coisas que eles não conhecem, porque antes de eu ser do movimento sem terra, antes de eu vir pra esse acampamento, eu também pensava igual a sociedade pensa que o movimento dos sem terra era um bando de ladrão, de pessoas que só faziam baderna, eu vim conhecer o movimento sem terra depois que teve a chacina de Eldorado dos Carajás, que eu comecei a pesquisar sobre o movimento sem terra e vi que não era o que se falava, entendeu? Então as pessoas muitas vezes falam, mas não querem conhecer o que é o movimento dos sem terra (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]).

Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como percebemos, Antônia Flor cita sua tristeza com um certo estigma do movimento social. A partir disso, a questionamos sobre ao que ela acredita desse estigma que o MST carrega, a mesma nos citou que percebe a mídia como influenciadora e disseminadora dessa identidade para o MST e que o movimento por sua vez tenta modificar a forma com que a sociedade o vê

A mídia passa uma imagem muito negativa do Movimento, né? Que o Movimento pra mídia, se a gente não tivesse uma formação muito boa nas áreas, a mídia passaria que nós éramos bandidos, tanto que eles entram naquele conceito que aonde a gente faz parte de uma facção. Nós não somos um movimento organizado, aonde a gente busca a melhoria pra os agricultores, a gente tenta desmistificar isso, porque as formações que a gente faz e por onde a gente passa, a gente passa a verdadeira cara do movimento sem terra que é um movimento social que luta pra que os cidadãos que ele acompanha tenham uma dignidade, que reconheça o seu espaço na sociedade enquanto cidadão e que tenham uma dignidade melhor, deixe de ser aquelas pessoas que passam fome, que não tem onde trabalhar, mas que na realidade nós temos como nos organizar e como mudar o nosso papel na história (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

O processo de identificação não é algo calmo, ele ocorre nas relações sociais e, portanto, estão envoltos por uma disputa de poder, como percebemos no caso do MST mediante a narrativa de Antônia Flor, o que se busca é tomar como norma uma identidade e as demais serem vistas em contraposição a estas, como afirma Silva (2007), trata-se de um jogo de inclusão e exclusão, adota-se uma posição binarizada do mundo social para se afirmar o que se é e o que não é a fim de se ter a hegemonia social.

A mídia é um excelente canal para a construção de uma identidade majoritária socialmente. Nesse sentido ela tem a função de aparelho de controle. Segundo Silva (2015, p. 182), ela é uma das “várias instituições que têm o intelecto humano como ponto de investimento do poder disciplinar, almejando o manejo do sujeito” e a partir do século XX “configura-se como lócus decisivo da produção e circulação de discursos sobre formas e normas sociais, reordenando percepções, fazendo brotar novos modos de subjetividade” (SILVA, 2015, p. 182). A mídia atua

como uma formadora de opiniões, discursos, como meio de conduzir ao consumo, além de influir na maneira de ser e de viver das pessoas.

Desta maneira, a mídia é utilizada para disseminar um discurso ideológico com vistas para a padronização social dos indivíduos. No que se refere às suas crenças, preconceitos e relações de poder, a mídia passa a produzir subjetividades.

Como meio de disseminação de “verdades”, de construção de corpos e identidades, quando paramos para analisar minimamente manchetes e reportagens expostas nos grandes veículos de comunicação, nesse caso, jornais *online*, percebemos que as ideias passadas sobre o MST, pela mídia, para a grande população não é a mesma que nossas informantes apresentam em suas falas, como podemos ver na figura a seguir:

FIGURA 2: Manchetes de jornal



Fonte: Imagem confeccionada a partir de reportagens dos jornais *online* *Folha de São Paulo*, *Jornal da Paraíba* e *Portal Correio*, acesso em janeiro de 2019.

Percebemos claramente a diferença entre a imagem que as colaboradoras possuem do MST em contraposição ao que a mídia veicula. Levando em consideração a figura acima, temos três manchetes advindas do jornal *Folha de São Paulo*, a primeira datada de 9 de fevereiro de 1994, onde a chamada da reportagem traz o seguinte texto “*Justiça determina desocupação de fazenda; sem-terra ameaçam resistir*”. Ao ver essa manchete o leitor é induzido a perceber o movimento social como um grupo de pessoas que não aceita determinações judiciais. A

segunda manchete da *Folha de São Paulo*, datada de 4 de abril de 1994, traz os dizeres “*Sem-terra querem triplicar invasões esse ano*”. A utilização do termo “invasão” também pode influenciar o leitor a verificar o MST como afeito às ilegalidades, pois, segundo Marçolla e Braga (1998, p. 10)

O MST diz que não invade, apenas ocupa. Invadir envolve um conceito de agressão, que não ocorre. Já o termo ocupação expressa o que o movimento diz que acontece, isto é, a entrada numa terra desocupada, sem aproveitamento.

Desta maneira, podemos verificar as diferenças nos discursos a partir da utilização de palavras diferentes e os significados e conotações que essa diferenciação pode trazer. Enquanto um termo traz uma conotação negativa, o outro traz uma possibilidade diferenciada, lembrando ainda que ocupação também se refere a trabalho, emprego, então a conotação passa a ser positiva.

Na terceira manchete da *Folha de São Paulo*, de 22 de maio de 1994, a chamada é enfática “*Movimento obedece a modelo paramilitar*”. Paramilitar, segundo o dicionário Aurélio, é uma “organização particular de cidadãos armados e fardados, sem, contudo, pertencerem às forças militares regulares”, ou seja, a manchete visa mostrar o MST como um movimento guerrilheiro, avesso às forças militares nacionais. A figura traz, ainda, manchetes de jornais locais, sendo estes o *Jornal da Paraíba* e o *Portal Correio*. Em uma das manchetes do *Jornal da Paraíba*, datada de 11 de março de 2015, o jornalista afirma que “Segurança do centro administrativo é reforçada para evitar chegada do MST” mostrando, assim, que a presença do MST no centro administrativo do governo estadual não era bem vista, além de levar o leitor a entender que o grupo do MST poderia ser uma ameaça à integridade das pessoas presentes naquele espaço, bem como ao prédio físico, posto que, segundo o jornal, houve a necessidade de reforçar o esquema de segurança do local. As demais manchetes, duas do *Jornal da Paraíba* e uma do *Portal Correio*, mostram a paralização de trânsito pelo MST e induzem o leitor a pensar que o direito de ir e vir está sendo burlado pelo movimento social.

Como citado anteriormente, a mídia é um instrumento disseminador de ideias e todas as reportagens e matérias produzidas possuem uma finalidade formadora. Porém, o MST também possui um espaço para a formação das militâncias, é o que eles chamam de formação de base, segundo Ferreira (2015, p. 61)

A primeira iniciativa do MST é incluir o novo militante no curso de formação de base, onde são ensinados os valores que respaldam o Movimento, tais como a existência das desigualdades sociais, a influência monopolista do capitalismo e a necessidade de resistência para a conquista da terra e de condições de vida nela. Vemos aí que a formação gerida pelo Movimento tem um forte componente ideológico inspirado em pensamentos de orientação socialista postulados por autores como Marx, Lênin, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Paulo Freire, entre outros autores que visam posturas radicalmente anticapitalistas, as quais dão suporte às práticas de resistência e luta dos membros do MST.

Identificamos a partir da ideia de Ferreira (2015) que em contraposição do discurso midiático, o MST constrói em seus militantes uma identidade e podemos verificá-la na forma em que as militantes entrevistadas definem e representam o movimento social em sua trajetória de vida. Não nos cabe avaliar quais das definições estão corretas, mas devemos enfatizar que a forma de identificação do MST ocorre mediante um fim a que se quer chegar, quer seja a da militância ou da mídia.

Mediante o panorama apresentado sobre o MST a nível nacional, bem como a narrativa das militantes, se faz importante compreender como se configura o MST na Paraíba. No estado em questão o MST começou a se formar posteriormente ao I Congresso Nacional ocorrido em 1985, onde 25 agricultores do estado estiveram presentes (FERNANDES *apud* OLIVEIRA, 2010).

Porém, devemos mencionar que assim como no restante do país, na Paraíba a necessidade de organizar o MST não surgiu do nada, muito pelo contrário, o estado já se configurava desde a década de 1950 como uma referência na luta por Reforma Agrária através das Ligas Camponesas que foram fortes principalmente na região do brejo. Assim, depois da participação dos 25 agricultores no Congresso Nacional iniciaram-se as discussões para que o MST fosse articulado no estado. Essas conversas ocorreram com os sindicatos rurais e também com os agricultores “autônomos” nos anos de 1986 e 1987, culminando com a criação da secretaria estadual do MST e em 1989 acontece a primeira ocupação de terras na Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras (OLIVEIRA, 2010).

Porém, a forma que foram despejados da localidade foi tão violenta, causando até a morte de um bebê (SCHIOCHET *apud* ADISSI, 2011), que as famílias se retiraram da localidade, juntaram-se a outras e passaram a ocupar a

fazenda Maniçoba em Esperança, onde depois de também serem despejados, em busca de visibilidade e agilização na tomada de providências e desapropriação da fazenda, passaram a ocupar a Praça da Bandeira, no município de Campina Grande, onde ficaram por cerca de três meses, mas em função de pressões do governo foram obrigados a deixar o local, depois disso realizaram outras ocupações, porém ainda sem sucesso (SILVA, 2000).

No ano de 1990 o MST já inicia o processo de cursos para formação de bases na Paraíba e em 1992 buscou outras áreas de atuação no estado, bem como fundou sua sede em João Pessoa, dessa forma passando a atuar mais fortemente no litoral paraibano. Data do ano de 1992 o primeiro assentamento do MST na Paraíba, o assentamento 1º de Março no município de Pitimbu (SILVA, 2000). Atualmente, o MST atua do litoral ao sertão da Paraíba e em nossas entrevistas buscamos verificar quais as conquistas e os desafios que as informantes destacam no percurso histórico e social no MST no estado. Assim, Penha Nascimento afirma que

Depois que o MST chega na Paraíba 89, ele criou uma perspectiva de vida para as famílias muito grande. Hoje nós temos muitos assentamentos e acampamentos que com isso revolucionou e transformou a vida de muitas pessoas agricultores que moravam na cidade e não tinha nenhuma perspectiva de trabalhar no campo. Com isso o MST além de lutar pela terra tem a questão de formação política, formação de quadros, formação mesmo pelo PRONERA, de pessoas que se formaram em Geografia, História e isso revolucionou a vida de muita gente na Paraíba, do litoral ao Sertão. As conquistas a gente tem muita! Algumas fazendas históricas que nós tivemos conquista, a exemplo do que hoje é o assentamento Oziel Pereira e Queimadas foi grande luta aqui na região Caetés. No litoral a gente também teve muitas conquistas, a Zumbi dos Palmares também foi outra fazenda que deu muito trabalho para a gente conseguir. A gente teve esses êxitos nos anos de 99 e 2000, mas depois de 2003 para cá a gente teve uma caída grande de alguns acampamentos. E o nosso maior desafio é essa falta de políticas públicas mesmo, nós temos infelizmente hoje um governo que tirou da gente todas as políticas públicas (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Areia, 2018. Arquivo MP3).

Como vimos a informante apresenta um pequeno panorama da história do MST na Paraíba a partir de algumas de suas conquistas no que se refere à desapropriação de fazendas e também se refere à formação das bases do Movimento, bem como a educação formal dos assentados e assentadas a partir do

PRONERA¹⁶. Como desafios, a mesma nos demonstra preocupação com um desmonte nas políticas públicas voltadas para as áreas de Reforma Agrária.

A entrevistada Roseli Nunes, mediante seu tempo enquanto militante no MST e sua experiência passada como coordenadora de setor do movimento social traz à tona que a repressão, apesar de ainda ser algo presente para com as ações do Movimento na Paraíba, esta se tornou mais branda ao longo do tempo.

Então, como eu já disse, já tem um tempinho, quando eu iniciei no movimento, o governo que estava não era esse atual, era um que não tinha essa facilidade não, “vamos chamar para reunião, vamos conversar, vamos, assim, tentar compreender um ao lado do outro”, se bem que não é tanto assim, entendeu? Apesar da nossa amizade, nosso respeito todo, mutuamente, não é essa facilidade toda que aparenta ter, é mais uma questão de política de boa vizinhança, diferente dos governos anteriores que não sentava, não queriam conversar. Eu lembro, por exemplo, de muitos casos, primeira ocupação que eu participei foi lá em João Pessoa, que sempre colocam a gente para capital, de repente, nossa... Eu contei tanto policial que eu acho, eu acho não, para mim até hoje, mandaram os policiais da Paraíba inteira até dos estados vizinhos para dar um suporte, porque tinha policial, cavalo e cachorro para cada sem terra que estava ocupando e é porque não tinha ali nem tanto sem terra, mas a quantidade de homem fardado era tanta, entendeu? Que a gente se viu a rodeado e a gente não estava fazendo, diante das coisas que o movimento costuma fazer, não era nada demais, só era uma passeata e nós iríamos sentar na praça principal para solicitar, para poder entregar um ofício de solicitação para uma audiência com o governador. Nesse período que aconteceu isso e tinha tanta polícia que eu acho que se a gente tivesse matado alguém não tinha tanta polícia assim. Então, é só uma diferença que, sim, ficou marcada para mim (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Na narrativa de Roseli Nunes vemos o relato sobre uma forma de violência para com a mobilização do MST na capital do estado e a mesma afirma que essas situações, no período da entrevista estava mais abrandada. Porém, a repressão e os enfrentamentos foram uma presença forte durante muito tempo para o MST da Paraíba. Adissi (2011, p. 163) montou uma tabela com os conflitos mais emblemáticos na história do MST na Paraíba.

¹⁶ “O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998, a partir da mobilização dos Movimentos Sociais, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este programa tem como principal proposta alfabetizar e elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos de projetos de assentamentos da reforma agrária” (MARIALVA, 2011).

QUADRO 1: Maiores conflitos vividos pelo MST na Paraíba

Conflito	Local	Ano	Número de famílias
Fazenda Sapucaia	Bananeiras	1989	150
1º de Março	Pitimbu	1992	280
Teixerinha	Pitimbu	1993	51
Antonio Conselheiro	Riachão do Poço	1999	122
Tiradentes	Mari	1999	250
Olho D'Água	Mari	2004	25
Fazenda Cabeça de Boi	Pocinhos	2011	60

Fonte: Adissi (2011, p. 163).

O quadro elaborado por Adissi (2011) nos demonstra que desde o surgimento do MST na Paraíba até poucos anos atrás, grandes conflitos ocorreram no estado. Em outro momento a autora destaca que esses enfrentamentos ocasionaram mortes, feridos, torturados, enfim, muito além que a intimidação que aparece no relato da militante.

Porém, mesmo com os conflitos fazendo parte do dia a dia do Movimento, Antônia Flor relata que a partir da ação do MST na Paraíba houve grande avanço no que se refere à divulgação do movimento social, bem como a amenização dos estigmas sociais, com a entrada do MST nos municípios.

A partir da ação do Movimento eu acho que a própria divulgação da organização do Movimento que o povo não conhecia o que era ser o Movimento Sem Terra, o que realmente ele fazia, né? Porque muita gente só conhecia o Movimento Sem Terra pelo que passava na mídia. Hoje não, hoje o povo, a gente chega nos municípios e o povo já conhece o que é ser Movimento Sem Terra. O desafio do Movimento no estado, hoje está sendo o desafio financeiro, né? Porque manter uma estrutura como a organização do Movimento mantém sem recursos hoje está difícil, os nossos desafios hoje é se manter financeiramente no estado. As conquistas foram muitas... Se a gente for olhar os assentamentos que a gente temos hoje, conseguir manter os acampamentos com as dificuldades que a gente tem e a gente ainda consegue manter os acampamentos, conseguir projetos pra dentro dos assentamentos, isso é conquistas, né? E também está fazendo um trabalho de formação com a classe social que não era a nossa base e hoje a gente está conseguindo fazer um trabalho de formação com o campo e a cidade (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Percebemos que Antônia Flor ainda enfatiza que o maior desafio enfrentado pelo MST na atualidade é a de se manter financeiramente, mas que apesar das dificuldades financeiras, conseguem manter os acampamentos organizados, bem como continuar com o processo de formação de bases que é preconizado pelo Movimento.

Quando se fala em formação de bases no MST, o Movimento também se refere à educação. Nas entrevistas, nos foi informado que ao ocupar uma área, a primeira ação realizada é a de construir um espaço que possa servir como escola, tanto para crianças, quanto para os adultos que queiram ser alfabetizados ou aumentar seu grau escolar. E foi em torno da educação que Vanete Almeida chamou atenção para as conquistas alcançadas no percurso do MST na Paraíba.

As conquistas [...] eu acredito, de modo geral, é quando a gente consegue um direito que é nosso, que é do povo, que é do movimento, e a gente está conseguindo, tá vendo através de [...] de um pedaço de terra, de uma escola que é construída com muita luta. São poucas as conquistas que a gente está tendo, mas já é alguma coisa, quando não deixar fechar uma escola, é uma conquista. Desafio maior, desafio que ele na minha visão, dentro do setor, em todos os outros, mas como eu faço parte do setor de educação, é levar essa educação para o campo, que é uma das maiores dificuldades. E que hoje está pior, a gente está enfrentando um problema grande, que é o fechamento das escolas. Então, está sendo um desafio grande, essa luta aí para manter essa educação no campo (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Os desafios elencados por Vanete Almeida também enfatizam o processo educacional e denuncia o fechamento de escolas do campo no estado, o que prejudica o acesso de crianças e adultos residentes em acampamentos e assentamentos a uma educação formal.

O MST na Paraíba está organizado a partir de brigadas regionais que, segundo Oliveira (2010), são divisões espaciais com objetivo de facilitar o fluxo de informações, organização das ações em cada região do estado, além de propiciar a autonomia na tomada de decisões. Na Paraíba, as discussões em torno da adoção dessa forma de organização se iniciou em 2004 e foi aderida em 2005 e está baseada em princípios marxistas e leninistas de produção, bem como no modelo de organização da sociedade cubana pós-revolução (OLIVEIRA, 2010).

O estado conta com oito brigadas, sendo estas: João Pedro Teixeira, Reginaldo Sales, Caetés, Quebra Quilos, Juazeiro, Zé Marculino, Patativa do Assaré e Pedrinha. A seguir apresentaremos mais detalhadamente a Brigada Regional Caetés, posto que esta se configura como o local de nosso estudo.

2.2 A Brigada Caetés

Esta seção é destinada a apresentar a Brigada Caetés e um pouco de sua história. Como não encontramos registros na literatura sobre a mesma, realizaremos a escrita a partir de informações cedidas pela dirigente atual da brigada, a colaboradora Antônia Flor. A Brigada Caetés engloba assentamentos e acampamentos situados no Brejo e Curimataú do estado da Paraíba, ela foi originada no ano de 1996¹⁷, em decorrência da realização da I Marcha Estadual do MST, na qual integrantes do movimento social saíram de Cajazeiras com destino a João Pessoa, passando por todas as regiões do estado, a fim de seguir a série de mobilizações nacionais realizadas após o mês de abril daquele ano para denunciar o acontecimento do Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁸. Esta marcha também foi utilizada como uma forma de identificar propriedades rurais no estado que estavam improdutivas e, assim, que possuíam prerrogativas para a desapropriação.

Desta forma, foram identificadas diversas áreas e uma delas foi uma grande fazenda na cidade de Remígio. Dezesesseis dias após a finalização da Marcha os integrantes do MST montaram acampamento e solicitaram a desapropriação da referida fazenda que hoje abriga os assentamentos Oziel Pereira e Queimadas e, assim, a Brigada Caetés teve seus primeiros passos.

Segundo as informações da direção, a opção pelo nome Caetés faz referência aos primeiros habitantes da região de Remígio, os índios tapuias que compunham a tribo Caetés, este povo era considerado como grandes lutadores e o

¹⁷ Neste período o MST ainda trabalhava com polos ao invés de brigadas, onde a organicidade era menor do que o que se tem na atualidade e, assim, os polos eram bem mais dependentes da organização estadual. Em 2005 se modifica a estrutura organizacional e o Polo Caetés passa a ser Brigada Caetés.

¹⁸ “Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais sem terra foram mortos pela polícia militar no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sudeste do Pará. [...] Os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais – armados de fuzis, com munições reais e sem identificação nas fardas – foram destacados para interromper a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta e na morte dos trabalhadores” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).

significado da palavra caeté é “mata virgem” ou “mato bom”. Após a realização de pesquisas e ao verificarem estes significados, adotaram o nome de Brigada Caetés em homenagem a estes índios que foram exterminados em lutas com os “homens brancos”. Atualmente, a Brigada Caetés abrange 11 municípios, 20 assentamentos e 2 acampamentos, compondo 22 áreas ao todo, e integrada por 725 famílias conforme disposto no quadro a seguir:

QUADRO 2: ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DA BRIGADA CAETÉS

Tipo	Nome	Município	Número de Famílias
Acampamento	Nova Vitória	Belém	70
Acampamento	Josefa Miranda	Casserengue	40
Assentamento	25 de Julho	Casserengue	12
Assentamento	Poço Verde	Casserengue	10
Assentamento	Ernesto Che Guevara	Casserengue	13
Assentamento	Pedro Henrique	Solânea	25
Assentamento	Celso Furtado	Areia	25
Assentamento	Cicero Romana	Esperança	52
Assentamento	Corredor	Remígio	34
Assentamento	Irmã Dorothy Stang	Remígio	18
Assentamento	Oziel Pereira	Remígio	50
Assentamento	Queimadas	Remígio	100
Assentamento	Hamilton José	Remígio	11
Assentamento	Gruta Funda	Algodão de Jandaíra	40
Assentamento	Paulo Freire I	Algodão de Jandaíra	50
Assentamento	Rosa Luxemburgo	Algodão de Jandaíra	20
Assentamento	Florestan Fernandes	Pilões	41
Assentamento	Josué de Castro	Pilões	17
Assentamento	Zumbi dos Palmares I	Sossego	23
Assentamento	Dorcelina Folador	Cubati	27
Assentamento	Primeiro de Maio	Pocinhos	20
Assentamento	Gravatá	Pocinhos	27
Total	22	11	725

Fonte: Informações cedidas pela direção da Brigada Caetés. Desenvolvimento próprio.

Conforme podemos visualizar, a Brigada Caetés é maior do que o preconizado pelo MST em nível nacional, qual seja, a composição de brigadas com até 500 famílias. Porém, o justificado para que isso aconteça é o grande número de áreas de reforma agrária no espaço ocupado pela mesma.

A Brigada Caetés possui todos os setores preconizados nacionalmente, sendo estes, frente de massas, finanças, produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação e cultura, além de um coletivo de juventude. Porém, em função de mudança residencial de alguns militantes-lideranças e outros problemas de conotação pessoal para os integrantes da brigada, atualmente os setores mais atuantes são o de produção, formação, educação, finanças e o coletivo de juventude, sendo que somente o coletivo de produção está garantindo a paridade de gênero em sua coordenação. Os setores de formação e o de finanças estão sendo coordenados por homens e os de educação e o coletivo de juventude coordenados por mulheres, além do que na direção da brigada se destaca a presença de uma mulher, atualmente o homem que ela divide a direção, veio de outra região apenas para assessorar a reorganização da Brigada.

Quando questionada pelo por que de ter sido direcionado um homem para esta função, a dirigente atual da brigada, Antônia Flor, nos informou que foi somente pelo fato de já se ter ela, como mulher, na posição de direção, num caso diverso em que fosse um homem que estivesse sozinho na direção de uma brigada, uma mulher que seria deslocada para este assessoramento e, assim, manter a composição paritária, no que se refere ao gênero, na direção da brigada.

Para direcionar as decisões da Brigada, a cada dois anos acontece um encontro em que representações de todos os assentamentos estão presentes para participar e opinar sobre os rumos da organização. Este encontro sempre acontece antes do encontro estadual do MST que, por sua vez, ocorre anteriormente ao encontro nacional. O último encontro da Brigada Caetés ocorreu no mês de janeiro de 2019 contando com a presença de 35 pessoas e, posterior a este, todos estiveram presentes no encontro estadual que ocorreu no mesmo mês.

Buscamos, também, entender o que o surgimento e a atuação da Brigada Caetés trouxe de novo para a localidade mediante as narrativas das informantes. Desta maneira, Antônia Flor relata sobre a modificação na forma de identificação do MST na região.

E aqui na Brigada quando o Movimento chegou, o preconceito era muito grande com a organização, com a própria militância que fazia parte do Movimento Sem Terra, que era tidos como bandidos, prostituta, pessoas que não tinham o que fazer, que tomavam o que era dos outros e hoje não, hoje essas pessoas elas tem um respeito pela base do Movimento Sem Terra, seja militante ou seja as áreas

que nós temos na Brigada (*ANTÔNIA FLOR* [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos perceber, ela relata que anterior ao surgimento e atuação da Brigada Caetés, o MST era percebido na região de uma forma negativa e posterior a implantação da mesma e, possivelmente, seus cursos de formação de bases, a percepção dos moradores locais foi sendo modificada e atualmente existe um respeito para com os sem terra.

Roseli Nunes também nos falou sobre a visibilidade do MST na região posterior ao surgimento da Brigada Caetés, bem como nos mencionou a desapropriação de terras como conquistas para a localidade.

Trouxe mais visibilidade pro Movimento nessa região aqui... E conseguimos desapropriar muitas fazendas, então melhorou a vida do povo agricultor sem-terra também, né? (*ROSELI NUNES* [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Verificamos que para Roseli Nunes a qualidade de vida dos agricultores sem terra obteve melhorias posterior a desapropriação de terras e instalação das famílias na localidade. Esta visão é compartilhada com Penha Nascimento que enfatiza

Como eu disse tivemos grandes conquistas de terras, o Oziel e Queimadas é um exemplo disso e nessa região também teve muito projeto, muita gente entrando na universidade e se formando (*PENHA NASCIMENTO* [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como vimos, um ponto realçado na fala de Penha Nascimento é educação, creditamos essa percepção a prerrogativa do próprio Movimento de perceber o processo educacional, com vistas à formação sociocultural, como principal pilar da Reforma Agrária, pois, a formação de um sujeito social é muito importante para a manutenção do movimento social, bem como da colocação desse sujeito frente a realidade social e transformação desta (CALDART, 2004). Por último, Vanete Almeida nos demonstra que a busca pela efetivação dos direitos sociais dos trabalhadores sem terra é uma constante a partir do surgimento do MST e em especial da Brigada. “Assim, porque desde o início o povo, né? O povo corre atrás desse direito e tal direito [...] De reivindicar, direito de, da educação, direito da terra e

eu acredito que a gente continua nessa luta” (*VANETE ALMEIDA* [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

No que tange à participação feminina na Brigada, a direção nos informou que desde seu surgimento que as mulheres são presença forte na realização das ações e também na composição da coordenação de setores e atualmente ainda se conserva da mesma maneira, tanto é que dos cinco setores em atuação, três possuem a presença de mulheres como coordenadoras, além da própria direção da Brigada. No capítulo seguinte nos deteremos a falar sobre a participação política feminina na Brigada Caetés a partir das entrevistas realizadas com as mulheres integrantes do corpo diretivo da Brigada.

CAPÍTULO III

3. “EU ACREDITO QUE A GENTE SÓ VENHA A SOMAR”: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA BRIGADA CAETÉS - PB

No presente capítulo, abordaremos a participação feminina no MST e na Brigada Caetés, a partir das narrativas das nossas colaboradoras. Conforme anunciamos na introdução e de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, utilizaremos pseudônimos para as entrevistadas, respeitando a identidade das participantes, bem como utilizando este momento para fazer lembrar de outras mulheres que fizeram parte de movimentos sociais do campo.

Ao longo do capítulo iremos discutir as falas, percepções, posicionamentos e contribuições que as mulheres que fizeram parte de nossa pesquisa deram ao tema participação política no MST, evidenciando as narrativas das mesmas, bem como relacionando ao nosso aporte teórico.

3.1 “Nós temos esta força muito forte na Paraíba”: a Brigada Caetés e a atuação feminina no MST

A inserção da mulher nas atividades do MST é uma constante, como foi dito desde os primeiros capítulos desta dissertação, o MST, enquanto movimento social, é composto por famílias e, desse modo, a participação feminina é intrínseca a ele. Assim, da mesma maneira ocorreu com a Brigada Caetés, desde os seus primeiros passos, na ocupação da fazenda que originou os assentamentos Oziel Pereira e Queimadas, no município de Remígio - PB, houve a presença de mulheres, esta presença foi importante no encaminhamento de mudanças, no que se refere à atuação, participação e lugar de fala das mulheres.

Desde o início, a Brigada Caetés foi privilegiada com o incentivo à participação feminina e, desta maneira, até a atualidade, a presença de mulheres nos cargos deliberativos, assim como lideranças daquela região são constantes. Mediante a observação participante, pudemos verificar a existência de mulheres que nunca assumiram cargos na organicidade da Brigada, mas que são referências no processo de liderança, fato que nos aguçou para estudos futuros, pois neste momento nos detemos às mulheres que estiveram ou fazem parte de cargos de

liderança no Movimento, na condição de dirigentes da brigada ou coordenadoras de setores.

De acordo com os relatos de nossas colaboradoras, já houveram mulheres em todos os setores da Brigada Caetés. Porém atualmente, como já informado, não são todos que estão ativos e, do mesmo modo, não são todos os setores que estão respeitando a composição paritária. Assim, atualmente em três setores e na direção da Brigada existe a presença de mulheres e, mesmo o número sendo considerado pequeno, ele supera a quantidade de homens atuando neste momento na direção e setores da Brigada.

O caminho até esta atual situação, não foi simples e não dependeu apenas no panorama local, mas foi induzido pelo cenário de mobilizações femininas dentro do MST que culminou com a criação do setor de gênero do Movimento.

Assim como no movimento feminista, a discussão sobre gênero no MST surge a partir das necessidades das mulheres. Quando o MST foi formado não existia o objetivo de discutir ou traçar metas para a superação das desigualdades de gênero, a prerrogativa era “Lutar por terra, lutar por Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna” (MST, 2018) como afirmam em seus objetivos. Porém ao longo do percurso a necessidade evocou o debate sobre gênero e o constituiu como realidade.

Segundo Gonçalves (2009), os mais conhecidos espaços de participação feminina no MST são: a ocupação, o acampamento e o assentamento. Nos dois primeiros momentos se percebe que as mulheres possuem uma atividade importante nas pautas, lutas e enfrentamentos e se fazem como pilastra importante para manutenção das famílias no local. Porém, é observado que no momento do assentamento, momento em que conquistam a terra e que as famílias consideram como hora que foi encerrada a luta, se percebe um recuo das mulheres para o ambiente doméstico, retornando às atividades que reproduzem o modelo que se tem como tradicional para as relações de gênero.

Observando estes fatos, algumas mulheres do MST que não queriam perder sua participação política no Movimento, bem como sua voz ativa nele, unem-se e no ano de 1986 formam a Comissão Nacional de Mulheres que passa a pressionar a direção nacional do MST para que houvesse o apoio às organizações de mulheres nos acampamentos e assentamentos e em 1989, ao serem lançadas as Normas Gerais do MST, foi incluído um capítulo sobre a “articulação de mulheres” e dado

ênfase para “a luta contra todas as formas de discriminação e machismo”. Também deve-se destacar que, conforme destaca Furlin (2013, p. 260)

Além da pressão interna provocada pela organização das mulheres, fatores externos também influenciaram o MST, para que este fosse se abrindo a atuação das mulheres. Tais fatores aparecem ligados aos inúmeros convites feitos às mulheres assentadas, a fim que tivessem representação em eventos internacionais. Entre eventos internacionais se registra o Congresso Internacional de Mulheres realizado em 1986, em Moscou, e o Encontro de Mulheres Rurais realizado no Chile, também em 1986.

Podemos perceber através de Furlin (2013) que em função da garantia na continuidade da participação política das mulheres no MST em 1996, a partir da organização da Comissão Nacional de Mulheres e da realização do I Encontro Nacional de Mulheres do MST, foi criado o Coletivo Nacional de Mulheres. Naquele período as lideranças do Movimento admitiram que o machismo e a ausência na participação política de mulheres eram reais e, no que se referia ao espaço do campo, esses fatores eram ainda mais potencializados e, desta forma, deveriam ser combatidos. Assim, a participação feminina passou a ser objeto de debates, documentos e resoluções.

Em 1996 foi o ano de criação da Brigada Caetés e esta movimentação das mulheres do MST em âmbito nacional, possivelmente, interferiu na formatação local, propiciando a participação das mulheres, de forma mais qualificada, desde o surgimento da Brigada.

Percebemos que desde o início as mulheres do MST incomodaram-se com a discrepância na efetividade da participação política entre homens e mulheres no Movimento e a partir desta conclusão passaram a se organizar para que este ponto fosse incorporado na luta geral do Movimento.

Aos poucos obtiveram êxito e, desta forma, conseguiram pautar não somente *A questão da mulher*, como menciona a primeira cartilha elaborada pelo Coletivo de Mulheres do MST, mas conseguiram incorporar ao Movimento o debate em torno da categoria gênero, pois identificaram que para as mudanças na situação de participação e de vida feminina ocorressem, dependeria não somente da mudança dos lugares femininos, mas de seus “companheiros” visto que estes deveriam também tomar novos posicionamentos. Assim, propuseram que a questão de gênero fosse tratada em todos os setores do MST e que desde a base até as lideranças, a

participação feminina fosse estimulada, para que os posicionamentos das mulheres tivessem igualdade com os masculinos.

Ao se perceberem imersas sobre as discussões em torno do gênero, o Coletivo Nacional de Mulheres transformou-se em Coletivo Nacional de Gênero e, posteriormente, deu origem ao Setor Nacional de Gênero. Cada setor é um pilar de atuação do Movimento e eles foram sendo criados a partir da necessidade real. Desta forma, o gênero estando organizado em um setor demonstra que ele deve ter peso na organização social do Movimento.

Conseguir transformar as discussões de gênero em um setor dentro do Movimento é uma conquista das mulheres do MST. Porém, no que se refere à Paraíba e mais especificamente a Brigada Caetés, o setor não está organizado como o ideal. Chegamos a esta afirmação a partir das narrativas das nossas colaboradoras, posto que quando questionadas sobre o que elas acham sobre o setor e como ele está organizado na Paraíba e na Brigada, todas de alguma maneira nos afirmaram que o setor não estava bem articulado, conforme podemos perceber na fala de Vanete Almeida:

De um modo geral existe uma articulação, a gente tem buscado parcerias com outros setores. Como eu acredito que até em algum setor privado a gente tem buscado, a gente tem feito parcerias com outras cidades, com outras, com outras instituições e eu acredito que de certa. [...] Eu acredito que tem essa articulação, tendo em vista que a dificuldade que a gente tem, dessas parcerias, dessas conversas, desses encontros, mas tem sentido algum efeito (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos perceber a informante afirma que existe uma articulação, porém relata dificuldade para que ela aconteça. Afirma que existem problemas no que concerne à parcerias para realização de conversas e encontros. Apesar disto, Antônia Flor afirma que mesmo com dificuldades, os debates conseguem ser realizados, bem como encontros e movimentos também ocorrem.

O setor de gênero ele, praticamente, ele tem uma coordenadora só que ainda não conseguiu se organizar totalmente no estado. Cada brigada se for pra discutir consegue reunir as mulheres, os LGBT, os próprios homens, porque gênero não é ser só homem e mulher, gênero é muito maior do que ser homem e mulher. Então, a gente consegue fazer encontros, mas na realidade organizar o setor pra ter

um representante em cada assentamento, em cada localidade. É difícil, mas estão tentando se organizar e nós estamos conseguindo levar o debate nacional para as nossas áreas com as pessoas que estão à frente (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Podemos perceber ainda, mediante a fala de Antônia Flor, que a mesma identifica o gênero para além de sinônimo de mulher. Ela retrata o gênero articulado também à discussão de masculinidade e orientação sexual, o que nos demonstra que a mesma possui algum conhecimento sobre o assunto e a sua visão coincide com o defendido por Scott (1995), na qual a autora condena a utilização do termo gênero como sinônimo de mulher, demonstrando que outras variáveis devem ser incluídas nos estudos e pesquisas sobre a temática.

A colaboradora Penha Nascimento também falou da fragilidade da organização do setor de gênero na Paraíba e na Brigada Caetés

Olha o setor de gênero ele funciona na Paraíba e a nível nacional. Como o movimento sem terra ele funciona, tudo que acontece na Nacional, os estados se reúnem acontece dos estados. Hoje na Paraíba ele funciona entre aspas; ele não tem uma atuação tão forte como em outros estados, deveria ter, mas apesar de nós mulheres estar no centro da direção do movimento a gente não consegue puxar esse setor, mesmo de forma coerente, de forma que ele tem muito a desejar. Claro que ele funciona, mas funciona ainda de forma muito fragilizada. (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Identificamos que Penha Nascimento também demonstra insatisfação acerca da organicidade do setor de gênero na Paraíba e, conseqüentemente, na Brigada Caetés e, além disso, ela chama atenção para que mesmo com a efetiva participação de mulheres nos espaços de direção, ainda não se consegue, em âmbito local, realizar uma organização efetiva do setor de gênero. Quando questionada sobre o porquê de isso acontecer, mesmo com a presença feminina nestes locais, a informante nos relata

Eu trago a dificuldade mesmo dos nossos companheiros, que às vezes algum deles, não todos, mas alguns deles são muito machistas e acaba ainda se empoderando disso e derrubando essas mulheres. Nós somos dirigentes e eles ainda passando um pouco por cima da gente. E algumas companheiras, infelizmente, também

tem esse tem isso impregnado nelas, do machismo ainda. Que a gente sabe que o MST tem 30 anos na Paraíba, ele tem 20/20 poucos, 25/26, mas ele não consegue ainda quebrar o patriarcado da direção do movimento (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A narrativa de Penha Nascimento nos remete à dificuldade de quebrar com o ciclo das relações tradicionais de gênero e, como podemos perceber, a mesma identifica que essas são relações que devem ser findadas. Porém, ainda existem dificuldades no interior do MST da Paraíba que mantêm certas atitudes machistas e assim dificultam o efetivo desenvolvimento do setor de gênero na localidade, bem como, por vezes, deslegitima a participação política das mulheres.

A colaboradora Roseli Nunes, ex-coordenadora do setor de gênero no estado da Paraíba, ao ser questionada sobre a articulação e organização do setor no estado e na Brigada, nos trouxe um relato¹⁹ sobre suas experiências na oportunidade em que coordenou o setor. Inicialmente ela rememorou uma reunião em que representou o MST para realização de articulação política do setor de gênero e que se incomodou com a presença unicamente feminina naquela reunião para discutir gênero, posto que mediante suas experiências e leituras, o gênero não fazia relação unicamente com o feminino. Para além disso, nessa oportunidade sua sexualidade também foi questionada fato que a deixou ainda mais desconfortável.

[...] eu nunca tinha participado de reuniões assim sozinha representando o MST e quando eu cheguei lá era um bando de mulheres e, depois, obviamente, eu fiquei me perguntando: “Gênero, mulheres? Mas não era gênero? Por que só mulheres?” [...] Eu fui até questionada quando perguntaram a minha opção sexual e muitos disseram: “É claro que ela é lésbica”. Aí eu fiz: “É claro que eu não sou. Por que seria?”, “E você, está fazendo aqui o quê?”. Eu fui questionada por uma das militantes: “E você está fazendo aqui o quê?”. Aí eu disse: “Representando o MST no setor de gênero junto com vocês”. (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Os questionamentos de Roseli Nunes se referiram naquele momento ao modo de percepção que a mesma possui sobre o gênero, como algo que deve ser discutido para além das mulheres, corroborando com a fala de Antônia Flor, e que

¹⁹ Não traremos este relato por inteiro, visto que ele é bastante extenso (cerca de 3 laudas). Porém, a medida em que o resgatarmos traremos seus trechos, que consideramos, mais importantes.

não se restringe a um modo de exercer a sexualidade, ou seja, como afirmou Nicholson (2000), não pode ser tratado como um porta-casacos.

A colaboradora continua seu relato dizendo que aconteceram outros atritos nesta mesma reunião e que em função disto foi solicitado que a direção do MST da Paraíba não a enviasse mais para espaços como aquele. Em função disto, ela afirmou que teve que explicar em uma reunião geral do MST no estado o porquê daquela solicitação e, antes que ela iniciasse sua fala, alguém a introduziu falando: “Cala a boca que a menina do gênio vai falar!” (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3) e ela imediatamente posicionou-se

Eu disse: “Não é gênio não, é gênero! E se for para me tratar aqui da forma que me trataram lá, eu vou me retirar daqui e vocês não precisam escrever para ninguém para relatar absolutamente nada” (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Podemos perceber com isto que naquele momento, por volta do ano 2010, ocorreu na própria direção do MST na Paraíba um descrédito para com o setor de gênero, e o que poderia ser levado como uma brincadeira, demonstra uma relação de poder exercida, ou seja, a pessoa que “brincou” com a prerrogativa do setor, intencionalmente ou não, o colocou numa relação de inferioridade frente aos demais setores a serem trabalhados no estado. Porém, o enfrentamento realizado por Roseli Nunes demonstra o quanto ela acreditava que a pauta era importante e mediante isto ela continuou a frente do setor e realizou diversas reuniões formativas nas brigadas que compõem o estado.

Durante as formações de gênero junto com os/as assentados/as integrantes do MST, é que gira outra crítica da colaboradora sobre as funções do setor de gênero na Paraíba

Uma das questões que eu falava antes de deixar o setor é que só tínhamos uma formação na véspera do 8 de Março, e fazia o 8 de Março e, pronto, morria. Todos os setores continuava [...] tem sempre reuniões e o setor de gênero não. Era uma reunião [...] e aí acabou-se, o resto do ano ninguém lembrava mais. E isso precisava ser mudado pelo menos uma reunião e uma formação no ano depois do 8 de Março. O 8 de Março é o evento máximo, mas que tivesse sim, uma antes e uma depois, mesmo que fosse somente pela

questão da avaliação (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Percebemos a preocupação de Roseli Nunes com o processo formativo acerca do debate de gênero como uma forma de modificação das relações tradicionais de gênero no MST. Ela afirma que não se deve restringir às ações do setor de gênero em uma atividade anual, mas que se deve realizar atividades constantes durante todo o ano.

No que se refere à Brigada Caetés, Roseli Nunes afirma que já ocorreu tentativas de realização de atividades após o 8 de março. Porém, como a região e os assentamentos coincidem com os acompanhados também pelo Polo da Borborema, que realiza anualmente formações anteriores ao 8 de março e culmina com uma marcha, existe a dificuldade de reunir as pessoas em mais uma reunião, segundo Roseli Nunes

a Caetés que não faz, que não se faz, mas não por uma questão de não reconhecer a importância, eles reconhecem sim, mas a questão que eles acabam misturando, na Caetés por ser um polo assim que tem polo da Borborema, o sindicato atuante, aí eles acabam vinculando uma coisa a outra, aí dizem assim: “Não que a gente já participou da capacitação que houve pelo polo, a gente já participou do encontro que houve das mulheres pelo sindicato, então tá bom”. Então esquece, quando a gente vai marcar pelo movimento: “Vixe! Para que tanta reunião de mulher, se já houve duas esse ano?” E a questão da formação do MST está ficando de lado e até mesmo esquecida. É importante participar das outras? É importante, mas que também para o viés político do MST, também será importante se participar da própria reunião do MST (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Vemos que a colaboradora reconhece a importância da articulação com outros movimentos e entidades. Porém, percebe a necessidade de melhores articulações internas para fortalecimento do movimento que faz parte.

Mediante as duas últimas passagens do relato de Roseli Nunes, ainda podemos levantar uma indagação: a informante teria conseguido ultrapassar o pensamento de gênero atrelado a mulher ou se ela menciona esta data apenas por ser de grande visibilidade? Pois, a medida de sua resposta, a mesma fala sobre a necessidade de descentralizar a categoria e o setor de gênero da figura feminina. Porém, ao mencionar as ações que o MST realiza em torno deste setor, ela se

refere apenas ao dia 8 de março, que internacionalmente comemora-se o dia da mulher, mais que isso, o mostra como evento máximo e também relata a tentativa de reunir mulheres para fazer momentos de formação posterior a ele. A colaboradora ainda possui dificuldades em desvencilhar-se totalmente das relações tradicionais de gênero, o que não deslegitima seu discurso, mas que reafirma a necessidade de realizar discussões acerca da temática para além do que vem sendo feito como a mesma tem ânsia.

Devemos mencionar que a coordenação nacional do MST, nos Cadernos de Formação do setor de gênero (2017) e de subsídio da reunião da coordenação nacional (2019), afirma que mediante balanço realizado nas reuniões de mulheres dirigentes do MST, entre os anos de 2015 a 2017, percebeu que a participação política feminina no movimento social havia recuado e, desta maneira, sentiu a necessidade de revisitar as linhas políticas do setor de gênero, reconhecendo que “a luta socialista e feminista é uma só e deve estar articulada em todas as ações de nossa organização” (MST, 2019, p. 34). Desta forma, as linhas políticas do setor de gênero no MST a partir de 2017 passam englobar quatro dimensões, sendo estas, a dimensão política organizativa que traz proposituras para garantir uma maior participação feminina e da população LGBT nas instâncias do MST, além da auto-organização destes segmentos, a partir dos princípios organizativos do movimento social; a dimensão cultural visando assegurar a realização de eventos e momentos formativos no que se refere ao feminismo e ao movimento LGBT; a dimensão econômica referindo-se às possibilidades de conquistas econômicas que podem ser obtidas, priorizando o cadastro e documento de concessão de uso da terra em nome da mulher e a utilização de nome social em caso de sujeitos travestis e transexuais, além da discussão em torno do rompimento da naturalização da divisão sexual do trabalho; a dimensão subjetiva faz referência aos indivíduos e visa combater todas as formas de violência em que as mulheres e população LGBT está submetida (MST, 2017).

Estas decisões em âmbito nacional nos fazem inferir que a fragilidade na articulação do setor de gênero não é exclusividade do estado da Paraíba, muito menos da Brigada Caetés e, por este motivo, também acreditamos que as medidas elencadas pelo MST em nível nacional devem ser executadas em âmbito local, com vistas à reorganização do setor de gênero e garantia de uma maior participação política feminina.

Ao falarmos sobre participação política feminina, devemos lembrar que, apesar da fragilidade identificada no setor de gênero, ela continua acontecendo e a seguir falaremos sobre como ela ocorre na Brigada Caetés a partir da experiência de nossas colaboradoras.

3.2 “Nós mulheres temos que estar nos espaços”: participação política das mulheres do MST na Brigada Caetés

Como vimos até agora, a participação política feminina nos espaços de direção e coordenação de setores do MST é, desde a gênese do movimento social, marcada por reivindicação das mulheres sem terra. Segundo Schwendler (2015), foi o formato de adesão familiar no Movimento que “insere a mulher na esfera pública, na luta política” (SCHWENDLER, 2015, p. 91) e, assim, desde então, as mulheres sem terra, apesar de serem marcadas pela invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural (JALIL, 2013), vêm buscando formas de efetivarem sua participação política e, assim, também serem protagonistas do MST.

Na Brigada Caetés, percebemos que numericamente, a participação feminina é maior que a masculina, mas não satisfeitas apenas com quantidades, buscamos nos aprofundar e problematizar como acontece essa participação política das mulheres nos espaços da Brigada. Para isso, inicialmente, é importante verificar o que as mulheres da Brigada Caetés entendem do que se trata participação política. Identificamos que Vanete Almeida vinculou participação política apenas ao pertencimento à partidos políticos ou a política partidária de maneira geral

eu não sei nessa questão da política dentro do MST, porque, até onde eu sei, são poucas as participações... Algumas pessoas procuram se engajar, algumas parcerias, eu acho nesse lado da política, mas eu não sei, bem como está funcionando, como está esse ano essa questão da política em si, como está o ultimamente o envolvimento de política no movimento, no MST, mas eu acredito que não é uma coisa que venha dar muita vantagem, surtir muito efeito não (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como percebemos, Vanete Almeida além de vincular participação política somente a partidos, ainda percebemos o descrédito dela a essa forma de participação. Segundo Dallari (1983), os partidos políticos foram criados com a

finalidade de aglutinar pessoas e buscar a conquista do poder político em torno de um determinado projeto societário. Porém, com o passar do tempo, esses partidos foram se preocupando mais com problemas de ordem prática e acabaram por perder a noção societária e acabando por representar interesses de alguns.

Tal situação levou a um círculo vicioso: os partidos não atraem os eleitores porque são vistos como organizações afastadas do povo, dominadas e manipuladas por pequenos grupos; e sem a efetiva e permanente participação de muitos militantes os partidos não conseguem superar a característica de agrupamentos elitistas, controlados e usados por seus dirigentes (DALLARI, 1983, p. 49-50).

Em contraponto ao discurso de Vanete Almeida, a colaboradora Antônia Flor desassocia participação política de partidos e a reinsere numa lógica societária,

Participação política pra mim hoje não é a política partidária é a política social aonde a gente faz um trabalho muito além da visão financeira a gente vai construindo junto com a sociedade um novo jeito de ser (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Na atualidade os partidos políticos só parecem ser interessantes em períodos pré-eleitorais, para aqueles que pretendem um cargo público e gera descrédito no restante da população (DALLARI, 1983). Podemos visualizar esta afirmativa a partir do discurso dessas duas colaboradoras, posto que Vanete Almeida não dá crédito a ação via partidária e Antônia Flor demonstra que para ela um projeto de transformação societária é mais importante do que como os partidos políticos se apresentam na atualidade.

A ex-dirigente da Brigada Caetés, Penha Nascimento, enfatiza em sua narrativa a participação política na sua forma coletiva, onde é reforçada a importância da integração do indivíduo a algum grupo social (DALLARI, 1983)

Ela é uma forma de você está dentro de alguns espaços discutindo, e aí eu vejo isso como uma ferramenta de luta mesmo, nós mulheres temos que estar nos espaços. Essa é uma forma de participação política, de empoderamento da sociedade e das mulheres (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Além de enfatizar a participação política coletiva, Penha Nascimento também evidencia que acredita que a participação política das mulheres nesses espaços é de grande relevância e que é um meio de empoderar tanto a sociedade quanto as próprias mulheres.

Empoderamento é um termo que, na atualidade está sendo amplamente utilizado. Para Sardenberg (2006), o conceito *empoderamento de mulheres* tem sua origem no grupo de feministas radicais e na América Latina e está associado ao pensamento de Paulo Freire (1970) e de sua *Pedagogia do Oprimido*, é um conceito que se centra na pessoa que está submissa e não no detentor do poder, trata-se de um processo e de um fim em si mesmo, de modificar a vida da pessoa que sofre a opressão, baseado no seu modo de perceber o outro, a sociedade, faz referência ao poder de agência da mulher, na possibilidade dela ser o que quiser ser.

Por último, Roseli Nunes, nos traz uma definição de participação política atrelada ao acesso à informação e ao posicionamento perante ela.

Então, participação política, por exemplo, essa minha entrevista, foi totalmente a questão política, tanto eu falei mal de um, bem de outro, enfim, mas não só isso. A questão política mesmo, participação política mesmo, é saber que é chamado, mas eu saber o porquê estou questionando, [...] você precisa saber conhecer o porquê você está criticando, se está sendo bom, então por que é que está sendo bom? E se não está sendo bom, como que pode melhorar? Então é você saber conhecer, de fato. São os porquês da vida, que vai ser misturado no dia a dia (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Percebemos que a colaboradora também infere a realização de ações mediante as informações quando fala “se não está bom, como que pode melhorar?”, o que abre leques para a realização de ações em busca de uma melhoria coletiva.

Com o intuito de adentrar ainda mais na discussão, buscamos questionar qual a importância da participação feminina no MST na opinião das lideranças entrevistadas e, a partir das narrativas delas, percebemos que a entrevistada Vanete Almeida afirma, mediante sua vivência na Brigada Caetés, que a participação feminina é muito importante no MST, que esta ocorre de maneira igualitária no que se refere aos homens e que está presente em todos os setores.

Eu acredito no envolvimento, pelo pouco de vivência que eu tenho, pelos movimentos, pelos encontros, pelas coisas que a gente já procurou buscar. Já correu atrás, na maioria das vezes conseguiu e outras não, mas sempre houve a participação muito grande. Acredito que 50% ou mais da mulher no MST, [...] é de uma importância muito grande, e tudo mais, em todos os setores, do setor de gênero, da Educação, e eu acredito que a gente só venha somar mais junto com o lado masculino, mas a gente somos bastante, a gente corre atrás, eu acredito até que a gente tem uma força maior (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

O posicionamento de Vanete Almeida demonstra que ela percebe efetividade na participação política feminina no MST e, mais especificamente, na Brigada Caetés. Em contrapartida, a entrevistada Roseli Nunes, ex-coordenadora do setor de gênero na direção estadual do MST, demonstra que apesar das mulheres serem um número grande de integrantes no movimento social em questão, nos espaços de liderança, ainda não se consegue efetivar plenamente o ideal da paridade de gênero nesses locais.

Então, é como eu disse apesar de ser um movimento socialista, pregando o socialismo, ainda se é muito machista no movimento, mas não é por falta de mulheres, se bem que o número de mulheres na direção sempre foi reduzida, muito embora a gente prega muito aquela questão de que para cada setor, um homem e uma mulher, mas não é toda, não é sempre que a gente consegue a participação das mulheres, como, por exemplo, o setor de gênero, como eu disse, eu era sozinha, era só mulheres, não tinha nenhum homem para sentar comigo para representar, mas não tinha no setor de gênero por vergonha, quando falava assim: “vai assumir gênero” Nossa! Àquela hora mesmo que dá uma facada na cabeça de qualquer um da direção, diziam: “Não, aquilo ali é lugar de mulher”. Já começava o machismo daí, e com outros vários setores, mas, assim, tem outros setores que conseguiram manter sempre um homem e uma mulher, tem na coordenação da Brigada, sempre, conseguiram manter um homem e uma mulher na coordenação no dia de hoje é que tá diferente, tem só a mulher, ela está descasada conforme a gente fala, como a gente costuma brincar entre si. Nem todos os setores, por exemplo, frente de massa não se consegue manter um homem e uma mulher [...], mas alguns brigadas se consegue manter um homem e uma mulher, aqui no Curimataú não tenho notícia disso (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos visualizar, Roseli Nunes, menciona que o machismo é ainda o maior impedimento para o desenvolvimento ideal da participação política feminina

entre as lideranças do MST e, de certo modo, demonstra que este fato é uma contradição para o Movimento Sem Terra, já que em suas palavras, este se trata de um movimento de cunho socialista e, desta maneira, não deveria existir problemas como esses em seu efetivo organizacional.

No caderno de formação do setor de gênero (2017), o MST também admite que o machismo ainda é presente no cotidiano do Movimento e, de maneira semelhante a entrevistada, relaciona o socialismo com o feminismo, afirmando que

Numa organização, como a nossa, que tem a compreensão de que a luta pelo feminismo coincide com a luta pelo socialismo e como tarefa a construção de relações igualitárias de gênero, é preciso impulsionar a auto-organização das companheiras e de outros sujeitos da luta que carregam as marcas do patriarcado, como os sujeitos LGBT, criando condições para que qualifiquem sua militância pela formação e processos de luta, criando condições para sua participação efetiva nas atividades de organização e direção do MST, das bases às instâncias nacionais: rumo à igualdade de gênero! (MST, 2017, p. 25).

Na lógica da igualdade entre os gêneros, no texto do MST (2017), ainda ocorre a citação sobre o público LGBT que compõe o Movimento, no sentido que estes personagens também necessitam estar presentes politicamente nas instâncias deliberativas da organização.

A narrativa de Antônia Flor vem em consonância ao que foi explicitado por Roseli Nunes, visto que a mesma ao perceber a importância da participação política feminina no MST, também retrata o machismo ainda presente entre as lideranças e que, ainda mais em função disto, a presença e participação política efetiva das mulheres se faz necessária, para que as mesmas possam demarcar o seu espaço social.

Pra mim é de grande importância, né? Por que já faz o quê? Já fazem 18 anos que eu estou no Movimento e a nossa luta é que a mulher tenha o seu espaço garantido na organização, porque mesmo a gente discutindo gênero, discutindo a violência contra a mulher, mas a gente ainda vê algumas lideranças masculinas que são muito machistas, mas isso não reprime as mulheres de participar desse espaço e garantir os seus direitos, dizer: “eu sou mulher e quero estar onde eu quiser, na hora que eu quiser e fazer o que eu quiser”. Isso a gente também enquanto militantes do movimento nós tenta fortalecer, que a mulher tem que garantir o seu espaço, não mais do que o homem, mas de igual para igual (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]).

Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Ressaltamos que através do posicionamento de Penha Nascimento, a mesma concorda com as afirmações de suas companheiras e, assim, disserta sobre a participação política das mulheres no MST. Ela enfatiza que existem alguns homens que compõem o Movimento com ideias ainda machistas. Porém, deixa claro que a participação feminina se sobrepõe a isto, inclusive encabeçando momentos de luta.

A participação política feminina no MST é muito grande, apesar de nós vivermos, como eu falei antes, termos alguns de nossos companheiros, alguns, eu tenho que destacar, porque tem companheiros nossos que não têm tanto isso. Apesar de nós termos os companheiros machistas, a participação da mulher é muito forte. Nós temos essa força muito forte da Paraíba, assim como outros estados, mas na Paraíba nós temos esse destaque, sempre as lutas as mulheres puxam. As mulheres estão na frente em todas (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Quando Penha Nascimento nos fala sobre as mulheres do MST protagonizarem os momentos de lutas e enfrentamentos, buscamos saber dela se ela vincula as conquistas do MST na Paraíba à participação política das mulheres nesses espaços. Deste modo ela afirma que

vejo que as mulheres, elas são, eu trago muito desde o começo, desde a história das mulheres na Paraíba, elas vêm sendo protagonistas em todas as lutas. As mulheres apesar de ter os nossos companheiros, mas elas é quem puxa quase tudo dentro do Movimento Sem Terra, na ocupação de terra as mulheres estão na frente na luta, para ela, pela moradia, as mulheres sempre puxam e elas tem essa forma de fazer a conquista dentro dos assentamentos, dos acampamentos. Hoje eu vejo as mulheres muito empoderadas. Eu não lembro se foi em 2014, mudou-se, que antes o titular era o homem e agora é as mulheres, porque os homens vendiam os lotes, deixavam as companheiras e vendiam seus lotes. Isso foi uma grande conquista e tem mais outras, porque, por exemplo: o apoio mulher que hoje é fomento, mulher vem para as mulheres, e exclusivamente para elas (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Podemos visualizar nesta fala de Penha Nascimento que ela credita muitas conquistas do movimento social à ação feminina e que ela corrobora com o pensamento de Gonçalves (2009), ao passo que demonstra que as mulheres são bastante atuantes no momento da conquista da terra e dos acampamentos. Porém, que no momento do assentamento, acaba, muitas vezes, (re)assumindo as tarefas tradicionalmente relegadas à mulher, quais sejam o espaço da casa e do cuidado para com a família, ficando à mercê de seus esposos e companheiros.

Penha Nascimento ainda destacou que em função da verificação do uso ou repasse errôneo de lotes que ocorre a modificação na concessão de lotes de Reforma Agrária, priorizando, assim, a titularidade feminina ou conjunta. Ao contrário do que recordou a ex-dirigente, as medidas para ampliar a inclusão das mulheres no acesso dos lotes de reforma agrária acontecem em 2003, a partir da portaria do MDA, número 981 de 02 de outubro de 2003, que

Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á: I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de: a) casamento; e b) união estável. § 1º O casamento se provará pela respectiva certidão. § 2º A união estável será declarada no momento da seleção. § 3º Não havendo, ainda, outorga de título, em caso de alteração das situações estabelecidas no inciso III, alíneas a e b, será priorizada a titulação em favor da mulher, cujos filhos estejam sob sua guarda (MDA/INCRA, 2003).

Desta maneira, legalmente as mulheres assentadas passam a deter maior estabilidade no que se refere à permanência nas áreas de Reforma Agrária, o que também lhe propicia uma maior facilidade no exercício de sua participação política, pois, a partir daquele momento, ela não estava mais, no que se refere à posse da terra sob o jugo do poderio masculino. Devemos ainda enfatizar que esta conquista foi alcançada graças à pressão popular, a partir das atividades executadas pelos movimentos sociais do campo e, neste âmbito, destacamos a presença das mulheres do MST nas discussões e momentos de luta junto dos órgãos estatais, o que demonstra a importância da participação política feminina nos espaços do Movimento Sem Terra.

Conforme vimos, a participação das mulheres em movimentos sociais não é algo recente. No que se refere aos movimentos sociais do campo esta participação também sempre foi constante. Desde a década de 1970 as mulheres camponesas

buscam evidenciar seu protagonismo nesses locais, no caso do MST o protagonismo feminino fez com que algumas conquistas fossem alcançadas. Porém, ainda há muito para caminhar no que se refere ao fortalecimento do setor de gênero, espaço que historicamente fortaleceu a participação feminina no interior do MST.

A história das conquistas femininas deixa claro a força que a participação política das mulheres possui e a modificações sociais que elas vêm alcançando não rebatem apenas sobre si mesmas, elas conseguem modificar o espaço social em que estão inseridas, conforme afirma Scott (1995, p. 6) trata-se “não somente de uma nova história de mulheres, mas também uma nova história”.

A partir dessas premissas, buscamos, nesta seção, demonstrar onde, no espaço organizacional da Brigada Caetés, estão localizadas as mulheres, mas especificamente nossas colaboradoras, quais são as atividades desenvolvidas por elas. Para isso, inicialmente acreditamos ser importante verificar o que elas entendem por militância para entender de onde as análises delas partem. De acordo com o *Dicionário Online de Português*, militante é a pessoa que milita, quem defende uma causa ou busca transformar a sociedade através da ação e não da especulação e na maioria dos discursos de nossas colaboradoras podemos verificar essa definição atrelada a luta

militante ela é toda aquele, aquela pessoa que acredita na causa, que conhece o movimento sem terra, seja ele na luta dele, de fazer a ocupação, de fazer enfrentamento ao modelo, ou seja, também o agricultor que tá fazendo, que tá produzindo de forma agroecológica, de forma orgânica no seu lote, ele é um militante (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como vemos, a conceituação de Penha Nascimento coincide com a do dicionário. Ela ainda enfatiza que além dos enfrentamentos por terra, a produção agroecológica também é uma maneira de militar. Em seu discurso, Antônia Flor enfatiza que a doação também é premissa do trabalho do militante, posto que, segundo ela, não existem retornos financeiros para tal atividade

Ser militante do Movimento Sem Terra é se doar, porque eu acho que é isso que a gente faz, porque se a gente fosse pensar no financeiro enquanto militante, nenhum de nós estaríamos militando no movimento sem terra. Eu acho que ser militante do movimento sem terra é lutar por uma causa social, lutar pelos oprimidos e estar

junto na luta construindo uma sociedade mais justa (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Para Vanete Almeida o processo de articulação com outros movimentos sociais e segmentos da sociedade também são importantes e se fazem presentes na busca pela efetivação de direitos e políticas públicas.

Ser militante é isso, é estar à frente, é procurar unir forças com outros grupos, com outros movimentos, ir buscar esse direito que é do povo que a gente corre tanto atrás, que a gente luta para conseguir, e que muitas vezes é negado, e militante é isso, é não desistir, não ter medo no primeiro problema que aparecer, na primeira dificuldade, militante do MST é saber o que é seu de direito e buscar (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Quando questionada sobre o que é ser militante, Roseli Nunes destaca seu sentimento de orgulho e pertencimento ao movimento social. Para além disso, ainda enfatiza a responsabilidade que visualiza em representar o grupo em diversas situações, posto a visibilidade que o MST alcançou chegando a ser considerado o maior movimento social da América Latina.

Ser militante é um sentimento de orgulho, porque uma coisa é assim, você chega numa reunião e apresenta-se você é estudante, eu sou João, sou Maria, quando você se apresenta “sou o Fulano, estou aqui representando o MST”, todo mundo para e olha para você, entendeu? Como se você fosse assim, sei lá, como se você fosse alguém de fato muito importante. Agora tudo isso por causa da questão do peso que esse nome traz, que tem essa questão do orgulho, mas também tem a questão da responsabilidade de se preservar o nome. Então essa mistura de orgulho e responsabilidade. (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Segundo Scherer-Warren (2007), o MST não se trata de apenas um simples movimento social, ele é hoje uma rede de movimento social, posto que engloba três níveis da sociedade civil organizada, sendo estes o nível organizacional que engloba entidades e movimentos sociais específicos, como associações, acampamentos e assentamentos; o nível político organizatório, englobando fóruns e redes interorganizacionais; e o nível mobilizatório, que se refere as marchas e campanhas.

E, desta maneira, para Roseli Nunes, representar um movimento desta grandeza traz também uma responsabilidade de igual tamanho.

Na sequência questionamos as colaboradoras acerca da representação da militância no MST na vida de cada uma e, partir disso, Vanete Almeida corrobora com a resposta de Roseli Nunes para a pergunta anterior e ressalta o orgulho que possui frente a seu posto de militante do MST, bem como ainda evidencia algumas conquistas do movimento social para o setor de ocupação, o qual é coordenadora atualmente.

Eu tenho orgulho de dizer que faço parte, que sou militante, a tão poucos anos se comparando a outras pessoas, mas principalmente na área da educação que a gente vê, nós vemos assim, alguns números, até como é que eu posso dizer? Alguns números de, de alfabetização, nos deixa até mais confiável, mas com tempo, esperançosos nesta questão de educação do campo e isso me deixa orgulhosa demais (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Penha Nascimento, enfatiza em sua fala a importância que o movimento social possui em sua realidade social e da necessidade que sente em estar sempre em atuação

na minha vida é muito forte eu desde, desde que eu conheci o movimento que eu tenho isso engajado em mim. Eu acho que isso é muito importante, eu sempre tento está em tudo, mesmo não podendo as vezes, não tendo condições, não tendo perna, mas eu tento ir, porque eu acredito que quando eu conhecer MST ele transformou a minha vida, assim quando transformou a vida de muita gente, nós não tínhamos nenhuma perspectiva de mudança, era só aquilo e pronto e quando movimento veio ele nos tornou muito forte (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Em sua narrativa Antônia Flor enfatizou a formação, que fez no Movimento, como ponto mais importante da militância, além de demonstrar que essa formação não se restringe apenas as vias públicas, mas se estende ao espaço doméstico e familiar.

Eu acho que, eu acho não, tenho certeza que a militância pra mim foi de fundamental importância na minha formação política, político-social, uma formação como mulher, como mãe, como família, tudo...

Minha militância no movimento pra mim foi tudo (ANTÔNIA ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Este orgulho enfatizado por Roseli Nunes e Vanete Almeida, a necessidade de participação nas atividades do movimento social elencada por Penha Nascimento e a formação política afirmada por Antônia Flor demonstram a incorporação da identidade do movimento social, segundo Naujorks (1999, p. 26),

Os processos de formação de identidade colocam-se como necessários aos grupos que atuam no campo social, até mesmo como condição prévia para uma possível ação estratégica. Como decorrência, considerar os processos de formação de identidade coletiva é considerar necessariamente a participação direta dos agentes dessa identidade nos espaços onde ela se gesta.

A formação e incorporação da identidade coletiva do movimento social é importante para que ocorra a garantia da execução das atividades esperadas, bem como perpetuação do próprio movimento, seus objetivos e simbologias.

No que se refere à representação da militância na vida das colaboradoras, Roseli Nunes demonstra que a partir do espaço da militância no movimento social conseguiu “libertar-se” do espaço privado, da casa e, assim, de algumas relações de poder que até então sua condição de mulher determinava. Conforme seu relato, a militância lhe possibilitou realizar cursos e conseguir exercer a oratória, fato que não existia anterior a sua inserção da militância no MST.

Olha assim foi, nossa, foi de desafio, primeiramente, porque quem, as pessoas mais próximas a mim, sabe que toda vida eu sou tímida principalmente para falar em público, eu fico nervosa, tudo. Então, antes do movimento, antes de participar de qualquer coisa, de qualquer atividade de movimento, eu era em casa direto não que eu era presa em casa, mas aquela questão de filha de mulher ter que estar mais em casa não pode sair sozinha e, assim, eu já fui para lugares que meu pai e minha mãe nem sonha e isso não foi quando eu era de menor. Já foi aos 21 anos, eu sair para fazer um curso que a minha prima que era ligada ao movimento veio me chamar e daí ela foi e disse assim é um curso bacana e eu também vou e esse curso. Era em João Pessoa eu estava lá sozinha com minha irmã durante 15 dias e ela não pisou lá para não ser nos deixar. Ela chegou lá e disse: “Vocês se virem, vocês já são de maior”. Então, assim, foi uma libertação e você com sentimento de libertação, de liberdade, entendeu? Eu já viajei para diversos lugares sozinha, de avião, de ônibus, de trem, de metrô, entendeu? Ela é, de verdade, a

descoberta do mundo (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Percebemos a partir do relato de Roseli Nunes que a militância possibilitou a ela a sua colocação em espaços de poder em contraponto ao que acontecia anteriormente. O termo gênero, segundo Piscitelli (2009, p.119) faz pensar sobre

naturalização mediante o qual as diferenças que atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças

Assim, a importância dos estudos de gênero, iniciados pelo movimento feminista e espreado para os mais diversos âmbitos da sociedade, reside justamente para favorecer o acontecimento dessa desnaturalização e desses (re)posicionamentos das mulheres em uma sociedade. Para entender os locais que essas mulheres conquistaram dentro do movimento social, buscamos saber como ocorre a escolha dos dirigentes e das coordenações dos setores da brigada e as colaboradoras relataram que em um período anterior a escolha dos/as dirigentes da Brigada, acontecia, por meio de votação, toda a base social do MST, reunida no Encontro Estadual, que se realiza a cada dois anos, se reunia e escolhia quem deveria direcionar as ações da Brigada durante o período. Porém, as colaboradoras afirmaram que nesse formato de escolha, se percebeu que a base social se vinculava afetivamente aos/às dirigentes e não aceitavam substituições de militantes. Neste posto, em função disso, a direção estadual optou por realizar a escolha dos/as dirigentes por outra via. Atualmente aqueles militantes que se destacam, através da realização de atividades e voz ativa como liderança, são convidados/as a ocuparem os cargos na direção das brigadas. Desta mesma maneira ocorre para a escolha das coordenações de cada setor. Porém, quem faz essa observação é da direção da brigada e não a direção estadual.

A partir do relato das colaboradoras sobre a maneira de escolha dos/as dirigentes e coordenadores/as de setor, podemos inferir que a participação das colaboradoras nas atividades do Movimento se dá de maneira ativa. Porém, para confirmar essa premissa, questionamos as entrevistadas sobre como se dá a sua participação nas ações e atividades desenvolvidas pelo MST. Nossa prerrogativa foi confirmada, pois todas as informantes relatam que se consideram ativas no que

concerne às atividades e ações direcionadas pelo MST. Afirmam que tentam, mesmo que com suas limitações, estar nos espaços de discussão e momentos de luta. Damos destaque à fala de Penha Nascimento, visto que ela resume o que foi mencionado por todas as entrevistadas e mais uma vez denota a identificação que as participantes possuem com o movimento social.

Eu participo de tudo, tento participar o máximo das atividades, de todas as atividades do movimento. Claro com as minhas limitações, hoje estou tentando estudar um pouco, mas não deixo de estar, quando eu estiver falo do movimento. Trago o movimento como representando a minha vida, seja aqui no lote da gente, seja onde quer que eu estou, eu sempre falo do MST, ele me representa, ele vai sempre me representar (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Partindo do posicionamento de Penha, buscamos entender como era a participação política dessas mulheres antes de sua inserção no MST solicitando que elas fizessem um paralelo entre a situação anterior e posterior a sua entrada no movimento social e todas relataram que no momento que antecede sua entrada no MST, elas não se percebem enquanto agentes políticas, eram passivas no que se referia a participação em atividades e espaços decisórios.

100% diferente, né? Porque antes eu era uma pessoa que era o quê? Trabalhava, vivia dentro de casa, não tinha voz ativa. Então hoje não, hoje eu sou uma pessoa 100% ativa. Eu participo dos debates que o momento pede. Hoje a gente está num momento histórico de discutir a política nacional. Então, assim, a gente procura estudar pra poder a gente estar contribuindo no debate, estar ajudando as pessoas que não tem conhecimento do que realmente esta acontecendo (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos perceber a colaboradora Antônia Flor ainda destaca que anterior a sua inserção no MST suas atividades se restringiam ao espaço doméstico, o que nos faz pensar sobre as relações sociais de gênero desenvolvidas a partir da inserção das mulheres no movimento social.

3.3 Mudanças ou permanências: a influência do gênero no desenvolvimento das atividades na Brigada Caetés

Os estudos acerca da categoria gênero nos fazem refletir sobre como a sociedade está organizada a partir de diferenças percebidas entre corpos, de como um grupo social delimita funções para homens e mulheres e de como essas diferenciações fazem com que um polo tenha poderio sobre o outro, neste caso, como um homem detém poder sobre um corpo feminino. Na definição que utilizamos neste estudo, a autora Scott (1995), nos mostra o gênero, exatamente, como este elemento que constitui as relações sociais fundadas nas diferenças sexuais e como o primeiro modo de significar essas relações de poder.

No que concerne ao MST, percebemos que, a partir da organização e reivindicação das mulheres sem terra, o movimento social se estruturou de modo a integrar essas agentes em seu corpo diretivo, mas gostaríamos de saber se, no olhar de nossas entrevistadas, essas relações sociais, que chamamos de relações tradicionais de gênero foram mantidas ou se modificaram, tanto no que se refere às ações do movimento social, quanto nas suas relações pessoais, a partir da participação política feminina nestes espaços. Para tanto, questionamos nossas colaboradoras se elas percebem diferenciação entre as atividades delimitadas para homens e mulheres na organização do MST e as respostas divergiram.

Não, não existe, é tanto que nas tarefas que são distribuídas, porque assim, as tarefas são distribuídas na organização começa a partir da direção. Então além de cada um ter seu setor, temos também tarefas práticas, como, por exemplo, a segurança, quando a gente vai pra os eventos tem a segurança, tem o pessoal que cuida da alimentação, tem o povo que cuida da infraestrutura. Então são mantidas as mesmas normas, um homem e uma mulher pra que garanta os mesmos direitos (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Como podemos visualizar, Antônia Flor relata não existir nenhuma diferenciação na delimitação das atividades, o que de acordo com a premissa da paridade de gênero nos espaços de organização do movimento social se confirma. A entrevistada Vanete Almeida também relata não haver diferenciação entre as atividades e enfatiza a quantidade de mulheres integrantes do MST na Brigada, porém menciona a necessidade da mulher “correr atrás” das atividades do grupo

masculino, além de falar sobre uma “predisposição” a certas atividades de acordo com a estrutura corporal da pessoa a executar a tarefa.

Diferença eu acredito que não, como eu já falei, a gente tem um número muito grande de mulheres no MST e, assim, onde tem um grupo de homens vai ter mulher lá do lado, correndo atrás, brigando de igual para igual, sem medir forças, mas a mulher também tem uma força muito grande dentro do movimento. Não existe nenhuma diferenciação em atividades entre homens e mulheres, a diferença em atividades eu acredito que não. Eu acredito que não, até porque assim nessa questão de diferença nas atividades, é muito relativo, porque vai haver atividades que vai ser destinada ao homem, dependendo da atividade, talvez por ser mais, não sei talvez mais forte, resistente talvez, que isso é relativo, não quer dizer que também a mulher não seja, mas, assim, é muita atividade que a mulher faz de igual para igual dentro do MST, então acredito que não há diferenciação não (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Contrariamente a Antônia Flor e Vanete Almeida, as informantes Roseli Nunes e Penha Nascimento relatam que existem diferenças nas atividades a serem executadas por mulheres e homens na organização do MST.

Assim, então, é aquela coisa, coletivo, mas tem setor, por exemplo, de gênero que se diz logo: “Vai tu que é mulher”, “vai tu que é homossexual”. Os homens héteros do movimento nunca vão, mas todos os setores, educação, a própria questão da frente massa mesmo que as mulheres não tomam a frente assim para ficar na coordenação, mas que participam, entendeu? Se houve setor que de fato não há participação das igualdades, só de uma mulher, é o setor de gênero (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A colaboradora Roseli Nunes enfatiza que existem setores do MST que predominam a participação masculina ou feminina e repercute que no que se refere a assumir a coordenação do setor de gênero existe um preconceito dos homens heterossexuais em estarem à frente das atividades relegando essa função exclusivamente as mulheres e aos homens gays. Podemos analisar este fato de duas maneiras, a primeira é que, a partir da narrativa de Roseli, percebemos que o setor de gênero ainda é visto como pouco importante para os homens heterossexuais e setores como frente de massa e produção são mais bem vistos por eles. No entanto, essa colocação de mulheres e gays na liderança deste setor pode

fazer com que estes sujeitos passem a ter alguma visibilidade no interior do movimento social.

A fala de Penha Nascimento é semelhante à de Roseli Nunes, pois demonstra que apesar da prerrogativa da paridade de gênero no movimento social, ela ainda não é colocada em prática como o ideal.

Não era para existir, mas existe porque, assim, infelizmente, como eu coloquei no começo, nós temos companheiros que são machistas, mas como também nós temos mulheres que acabam se empoderando disso e também acabam destacando que isso é um problema, nós mulheres temos que todos os dias mostrar que nós somos capazes aos nossos companheiros, porque senão nós somos afogadas por eles, isso é uma realidade. Geralmente a maior diferença que eu percebo é que ele, tipo, não atividade de... Como é que eu vou dizer aqui? De, do setor de produção sempre o homem, sempre o dirigente é que está na frente e sempre tenta afogar a mulher, sempre tenta deixar ela de lado, essa é a maior diferença que eu vejo, eles impõem mais, encontra jeito de apagar a mulher na história, se nós mulheres não nos impormos e também nós não tivermos conhecimento, não buscar um pouco mais do que eles, eles nos sufocam (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A entrevistada mostra que a mulher militante do MST sente a necessidade de estar em constante formação, pois podemos inferir, a partir da sua fala, que o machismo ainda presente no cotidiano do movimento social, faz com que os homens ainda não as percebam como iguais no que concerne as suas opiniões, trabalho e participação política. A informante ainda enfatiza a dificuldade das mulheres em protagonizarem alguns setores específicos e, para tanto, cita o setor de produção como um destes setores que a mulher tende a ser invisibilizada pelo homem.

Ao rever as linhas políticas do setor de gênero em 2017, o MST nacional também admite que existem esses locais que as mulheres têm menos participação e/ou tem sua fala relegada a segundo plano. Por isso, a linha de atuação número quatro se refere ao fortalecimento dessa atuação nesses setores, constando no texto que é objetivo “garantir e valorizar a participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente na Frente de Massa e Setor de Produção, cooperação e meio ambiente, setores com histórico de pouca participação feminina” (MST, 2017, p. 21).

Mas no âmbito pessoal? Será que a partir da participação política da mulher propiciou alguma modificação no âmbito familiar? Também tentamos entender como se processa esses fatos na vida das mulheres entrevistadas e todas relataram que sua vida pessoal e sua família foram modificadas posterior a sua inserção no movimento social.

Antônia Flor enfatiza que a partir da sua inserção no movimento social foi oportunizado para seus filhos uma formação com maior posicionamento crítico, participação política e inadmissibilidade de situações como a violência doméstica.

Sim, se for comparar hoje meus filhos, desde sempre, porque eu entrei eles eram crianças, comparar eles com algumas famílias que existem por aí eu vejo que eles têm uma consciência política, são pessoas que veem a violência doméstica com um olhar mais crítico, são pessoas que se precisar fazer uma intervenção, eles fazem. [...] como eu sempre digo, o movimento é uma escola. Então, se você participa sempre, você está sempre se formando. Então foi isso que o movimento fez com a minha família. Formou pessoas conscientes (ANTÔNIA FLOR [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A colaboradora Vanete Almeida relata que apesar de enfrentar ainda preconceito no que concerne a sua participação política no MST, no que se trata de sua família isso não ocorre, a partir de sua entonação vocal no momento da entrevista, além da linguagem não falada, pudemos perceber que no seu âmbito familiar ocorre a valorização da sua atuação enquanto militante do MST e mais precisamente enquanto coordenadora do setor de educação.

Diferença? Sim, eu sinceramente assim falando sem hipocrisia, sem ser leviana eu me sinto feliz demais por fazer parte e sempre me apoiaram, minha mãe, meus irmãos, meus filhos. Quando eu vou para alguma atividade do MST, que eu sou convidada, não há problema nenhum, eu saio dizendo para onde eu vou, e, assim, eu luto bastante, porque eu vim fazer parte de um setor de grande importância, que a educação no campo dentro do MST, e muito antes de fazer parte da Educação, eu já fazia parte, mas em outra atividade, e muda muito, mudou, porque a gente conhece pessoas, a gente passa a conhecer realmente da história, e muitas vezes quando alguém tá criticando o movimento você está ali. Você sabe que não é como estão falando e você pode se defender e defender o movimento ao mesmo tempo, diante das coisas, do preconceito que a gente ainda enfrenta (VANETE ALMEIDA [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

A colaboradora Roseli Nunes nos traz, novamente, o relato de como sua vida foi modificada a partir da entrada no MST. Dessa vez ela enfatiza que a partir desse fato passou a questionar situações diversas em que percebia alguma forma de relação desigual no que se refere ao gênero, seja na casa de seus pais ou atualmente em seu casamento. Afirma que mesmo seu companheiro sendo também integrante do MST, existem momentos em que é necessário que ela se posicione mais firmemente a fim de garantir uma igualdade.

Muita, muita, muita, muita, porque assim como eu disse, eu sempre fui presa em casa e conhecendo o movimento eu já conheci mais o mundo. Eu já comecei a questionar inclusive o meu próprio assentamento e dentro da minha casa quando eu via, quando eu presenciava alguma questão de autoritarismo do meu pai com a minha mãe, eu já vinha debatendo a questão de gênero sem nem mesmo estar no setor de gênero ainda e hoje como eu sou casada com uma pessoa que também se descobriu dentro do movimento por incrível que pareça se torna mais complicado, porque, assim, ele acaba levando para casa a questão da responsabilidade que ele tem enquanto coordenador dos setores do movimento e, por outro lado, como eu já tenho conhecimento, eu não permito que certas questões perpassem a minha casa pelo seguinte, porque a gente prega pela questão de igualdade as mulheres que fazem parte ou já fizeram parte do movimento (ROSELI NUNES [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

De maneira semelhante as suas companheiras, Penha Nascimento retrata sobre a modificação na sua família a partir da sua inserção no MST e que diferentemente da situação anterior, na atualidade avalia que tanto ela como seus familiares possuem uma perspectiva de qualidade de vida superior ao que possuíam e os fatores formativos e educacionais do movimento social foram os principais pontos que impulsionaram essa mudança.

Total. Quando eu conheci o movimento, é como eu estava falando, não tinha perspectiva de nada, era só aquilo, eu só era costurava, costurava na época, e pronto. Não tinha visão de estudar, não tinha nem terminado o ensino médio ainda quando eu conheci movimento, não tinha nem... Não tinha conhecimento de nada, não tinha conhecimento de que nós éramos capazes de enfrentar o capital da forma que a gente enfrentou. Então, tanto eu quanto a minha família mudou, a minha família totalmente, a minha família não é mais a mesma. Mesmo eles hoje não morando em áreas de assentamento, mas a formação que eles adquiriram, de certa forma, levaram ele a outro patamar, hoje nenhum deles vive submisso ao capital. Cada um tem o seu próprio serviço, construiu sua própria vida. Então tudo isso, mesmo eles não estando mais, transformou muito (PENHA

NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3).

Por ter um prévio conhecimento da colaboradora Penha Nascimento, sabíamos que a mesma faz parte do primeiro casal homoafetivo que teve a concessão de uso da terra conjunta reconhecida pelo INCRA na Paraíba e a partir disto buscamos entender se o reconhecimento de sua sexualidade afetou de algum modo sua participação política no movimento social, além de entender como foi o processo legal para inserção do casal na relação de beneficiários do INCRA. No que se refere a sua participação política no MST ela relata que

no começo foi muito difícil essa questão da minha participação por eu ter assumido a minha sexualidade, principalmente ter assumido um relacionamento. Eu cheguei no meio de uma reunião da direção e disse que estava em um relacionamento sexual com ela, que nós iríamos viver juntas. E todo mundo ficou de boca aberta e ninguém teve o que dizer, foi.... Eu já fiz isso para evitar comentários. No começo o pessoal queria tirar onda e tal, depois eu fui cortando com a direção. Com a base eu nunca tive problema, porque eu sempre entendi o seguinte: o respeito do outro é até aonde eu permitir que ele vá, e eu sempre me impus, sempre tentei, as brincadeiras eu sempre cortava para não dar esse tipo de liberdade e sempre respeitei a base, já que nós vemos que os agricultores são pessoas. Eu não vou dizer preconceituosa, mas tem aquela visão muito velha, muito antiga. Então se você não souber lidar com eles você acaba... Então eu evitava sempre, estava mais ela, mas a gente nunca trocou carícias na frente de ninguém, para não dar esse tipo de brecha, a gente sempre evitou esse tipo de coisa (PENHA NASCIMENTO [nov/2018]. Entrevistadora: Dassaelly de Souza Araujo. Remígio, 2018. Arquivo MP3)

Como percebemos, Penha Nascimento relatou que sofreu preconceito dentro da organização assim que informou de seu relacionamento. Porém, esse fato cessou a partir do ponto em que a mesma se impôs politicamente com o objetivo de findar as “brincadeiras” em torno de sua sexualidade. Em lugar oposto a essa primeira situação, ela relata que junto a base social do MST, as famílias acampadas e assentadas, ela nunca teve nenhum problema. Porém, afirma que não permite-se nenhuma troca de carícias na frente desse público para que não exista a possibilidade de passar por algum momento de constrangimento. Nós acreditamos que este fato por si só já se converge em uma situação de preconceito, mas de forma velada, é como se existisse um contrato não falado.

Quando a questionamos sobre o processo de inserção na relação de beneficiários do INCRA, Penha Nascimento relata que sua posição enquanto militante e liderança do MST foi importante para obter sucesso, posto que a partir de sua participação política é que ela teve a oportunidade de conhecer a legislação e assim buscar seus direitos.

Nós demos entrada normal, sem nenhuma credibilidade. O movimento na luta popular, a gente foi lá colocou, passou mais de 4 meses para o meu nome entrar e a gente tentou encontrar brechas na lei, claro que isso, o mérito é de você ter conhecimento da lei, esse é o mérito da formação política. Não de beneficiar, porque eu estava na direção, mas da formação política. Então, por estar na luta a gente começou a estudar, eu e outras pessoas, procurou brecha na lei, e os meninos do INCRA começou a ver a nova normativa, de 2013, que a presidente Dilma tinha sancionado, em que os casais homoafetivos podiam entrar. E disseram para a gente e a gente entrou logo após, nós e um outro casal, dois homens, lá em Cuité. São os dois casais que eu sei que hoje estão na RB, e outras mulheres não conseguiram ainda entrar, nesse processo, mas estão no processo. Passou em torno de 4/5 meses para entrar o nome da gente.

Podemos perceber que o conhecimento adquirido a partir da sua participação política no MST foi de grande importância para que Penha Nascimento tivesse sucesso na solicitação de inclusão na relação de beneficiários do INCRA e, assim, conseguir o termo de concessão de uso da terra. E também, de modo geral, percebemos que todas as colaboradoras também tiveram modificações em suas situações de vida a partir da participação política no movimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política das mulheres em movimentos sociais trouxe à tona a necessidade de uma reorganização social, a partir da inclusão feminina na esfera pública, foi a partir de movimentos sociais que as mulheres tiveram inúmeras conquistas sociais (direito ao voto, a contracepção, à educação...) e até a atualidade, continuam em luta para a conquista de tantos outros direitos (igualdade salarial, descriminalização do aborto...).

Nos movimentos sociais do campo não foi diferente, a presença das mulheres nestes locais, fez com que o rumo da luta fosse ampliado, para que atendesse não somente às solicitações masculinas, mas para que as mulheres fossem contempladas em suas reivindicações e necessidades.

A inserção das mulheres nos movimentos sociais proporcionou que essas passassem a ser percebidas como sujeitos de direitos, como atrizes sociais. Essa participação política das mulheres nos movimentos sociais trouxe uma nova face para as lutas entorno dos direitos. Ela passou a colocar a público questões que anteriormente eram vistas como do âmbito doméstico, a exemplo da violência doméstica, da divisão de tarefas, até mesmo da organização e composição familiar, evidenciando que tantas mulheres são a figura que chefiam o lar.

No espaço do MST não foi diferente, quando esse movimento social opta pela forma de adesão familiar, ele dá margem para que as mulheres fossem parte ativa do processo e, assim, elas passam a se posicionar, a exigir seu espaço de fala e de sua participação nos locais de decisão e liderança. Neste contexto, a formação do setor de gênero foi essencial para que isso acontecesse. A partir do setor de gênero, as mulheres sem terra passam a discutir questões próprias do feminino nos espaços dos acampamentos e assentamentos e exigem seu espaço, alcançado, assim, a determinação da paridade de gênero nos lugares de direção e coordenação de setores.

Podemos perceber que a presença e participação política das mulheres nos movimentos sociais e em especial no MST, trouxe um novo olhar e um novo rumo para as pautas dos mesmos, tornando-os ainda mais abrangentes. A partir dessa participação, as mulheres se afirmaram como sujeito político e de direito, que deveriam estar em igualdade com os homens e mesmo passando por diversas barreiras, continuaram firmes em busca dessa igualdade, ou seja, a participação

política das mulheres fez com que se ampliassem os horizontes dos movimentos sociais e trouxe um valor agregado aos mesmos, além de auxiliar no reposicionamento feminino na sociedade de maneira geral e também na reorganização das atividades no espaço do campo.

Na Brigada Caetés podemos verificar que a presença feminina nos espaços de direção e coordenação foi uma constante desde a formação da mesma e que as mulheres, mesmo ainda admitindo traços do machismo e do autoritarismo em seus companheiros (de luta e de vida), conseguem se posicionar, tomar decisões, influenciar no movimento social de maneira geral, além de perceberem modificações em suas vidas, pessoal e pública, posterior ao seu engajamento no MST. Estes fatos só reafirmam a importância da participação política das mulheres em movimentos sociais, posto que a realidade das colaboradoras e, assim, da Brigada certamente seria bem diferente sem a presença delas nestes espaços.

Como meios para proporcionar a visibilidade das mulheres inseridas nos movimentos sociais que trabalhos como este se tornam importantes, trazer o diálogo entre gênero e movimentos sociais, enfatizando a participação política das mulheres, colabora social e politicamente para repensar o sujeito mulher na sociedade, como também a própria participação feminina nos espaços dos movimentos sociais, visto que majoritariamente, a história dos movimentos sociais, é evidenciada a partir de uma ótica masculina. Assim, lançar os olhares sobre esse tema, faz com que repensemos a sociedade em sua conjuntura política, social e também econômica, faz com que percebamos a influência feminina para a formatação dos espaços sociais.

Deste modo, conforme dissemos na introdução, a organização dos capítulos se deu, inicialmente, com o propósito de chamar atenção para o debate teórico em torno da categoria gênero e dos movimentos sociais, pois identificamos que é a partir do intercruzamento dessas temáticas que nosso objeto estudado poderia ser elucidado e, assim, verificamos como os movimentos sociais passaram a aglutinar mulheres, quais foram suas principais reivindicações, como se estruturou a categoria gênero e como esta tem contribuído nos estudos e debates em torno da participação política feminina.

Em seguida, trouxemos, como chave de discussão, os debates em torno do MST, com o intuito de fazer entender como este movimento social está organizado e como o mesmo atua. Assim, desde o segundo capítulo viemos enfatizando as

narrativas das mulheres, levantadas através da pesquisa de campo, além de termos trazido também como o MST é mostrado pela mídia, demonstrando isso com destaque para matérias de jornais de grande circulação. Verificamos neste capítulo que o MST tem uma estrutura organizacional bem definida e que seus espaços de decisão estão organizados com vistas a dar condições para a participação do maior número de integrantes, incluindo a presença das mulheres. Verificamos ainda que segundo este movimento social, seu objetivo está atrelado a direitos sociais garantidos legalmente, mas que em contraponto a mídia tende a apresentá-lo de uma forma pejorativa, o que de acordo com as nossas informantes faz com que o movimento social seja visto socialmente como bandidos ou vagabundos.

No terceiro capítulo, na qual está localizado o cerne da discussão desta dissertação, nosso propósito foi trazer as vozes das mulheres, pois compreendemos que estas são sujeitos de fala e de direito e, desta maneira, é importante que suas narrativas sejam evidenciadas, para que possamos compreender os seus lugares e as suas formas de participação política.

Neste momento do texto, o nosso intuito foi mostrar a Brigada Caetés e a participação política das mulheres neste espaço e, desta forma, pudemos verificar que neste local as mulheres assumiram os cargos de liderança, quais sejam a direção e coordenações de setores e que exercem essa liderança. Porém, necessitam diariamente impor-se socialmente junto aos companheiros de movimento social para que continuem exercendo seus direitos de fala e de posicionamento no grupo. Percebemos que apesar de as mulheres sem terra terem alcançado a paridade de gênero nos locais de liderança do movimento social, esta liderança tem que ser dia a dia reafirmada e reconquistada, pois, como as mesmas afirmam em vários momentos, o ranço do machismo e do autoritarismo ainda é presente, mesmo com a formatação do setor de gênero com vistas a trabalhar a temática com todos e todas integrantes do movimento social.

Podemos perceber também como as mulheres envolvidas no estudo interpretam o MST e como ao fazerem essa interpretação elas ressignificam o movimento em suas vidas e nas suas atuações políticas, evidenciando o movimento social como um espaço de conquista de direitos e de melhorias de vida. Para isso, o tratamento dado ao terceiro capítulo foi essencial, ao deixarmos que as mulheres se pronunciassem evidenciamos como elas se sentem no movimento e como elas

externalizam, inclusive, os problemas referentes as questões de gênero e como elas driblam esses problemas para garantir sua participação política efetiva no MST.

Apesar de, anteriormente, já termos uma aproximação com o movimento social estudado, bem como com a Brigada que foi local da pesquisa, passamos ainda por algumas dificuldades no processo. Estamos em uma conjuntura social que não é favorável para os movimentos sociais, nem muito menos para os seus integrantes. Passamos por um momento em que o pensamento conservador se alastrou socialmente e os movimentos sociais que já eram, em certa escala, criminalizados, se tornam ainda mais marginalizados e isso faz com que as pessoas que integram esses espaços sejam resistentes a nos passar informações e conceder entrevistas, posto que vislumbram que poderiam futuramente sofrer algum tipo de represália pela interpretação que fosse dada ao que foi dito. Desta maneira, uma mulher que coordena um dos setores da Brigada não quis ser incluída na pesquisa e outra não foi localizada para que pudéssemos convidá-la para a participar do estudo.

Mesmo com a falta de participação de duas integrantes da Brigada no estudo, podemos afirmar que a pesquisa ora aqui apresentada traz a tona o debate sobre a importância de debater sobre a participação política das mulheres e os lugares nos movimentos sociais, quer seja em âmbito nacional, estadual ou local, além de podermos elencar alguns alcances para a mesma. O primeiro se refere a mostrar que as mulheres estão integradas aos movimentos sociais e que através de suas vivências, elas trazem a público as marcas de suas lutas e suas resistências.

O segundo alcance está para o campo das ciências sociais e humanas, pois esta pesquisa traz uma perspectiva diferenciada para o modo de visualizar os movimentos sociais, em especial os movimentos sociais do campo e mais precisamente o MST, pois aqui tivemos o cuidado de apresentar o ponto de vista feminino, ao contrário do que hegemonicamente ocorre e, assim, pudemos evidenciar como a mulher se percebe nos espaços dos movimentos sociais.

Nesta mesma lógica, podemos enfatizar a importância do estudo e o alcance dele para os próprios movimentos sociais e para o MST, movimento social em questão, ao passo que seus e suas integrantes possam se observar e traçar planos para modificação de alguns pontos que as mulheres apontam que necessitam ainda ser modificados, como a presença do machismo e a tendência ao silenciamento das mulheres.

Por último verificamos o alcance para o Serviço Social, posto que os objetivos do trabalho convergem com o compromisso da profissão com a sociedade e com os movimentos sociais, evidenciando a importância dos movimentos sociais e da participação de mulheres nestes para a consolidação da igualdade e da justiça social, além do que, ao trazer a discussão de gênero atrelada aos movimentos sociais e a participação política, esse estudo contribui para a renovação dos estudos na área de Serviço Social, já que não identificamos abundância de pesquisas sobre a temática, ao menos na particularidade local.

No que se refere ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e para a linha de gênero, diversidade e relações de poder, esperamos ter contribuído com discussões pertinentes, posto que buscamos demonstrar como o gênero influi na participação política das mulheres nos movimentos sociais, bem como, a partir disso, podem estar estruturadas as relações de poder. No mais, esperamos que o nosso trabalho possa vir a incentivar mais estudos na área, assim como, subsidiar novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, mídia e criminalização MST: Um estudo a partir do Caso de Pocinhos (PB)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. In: **Política & Sociedade**. Florianópolis: Vol. 15, 2016.
- ALMEIDA, J.A.F. de. (Org.). **Agroecologia**. Ilhéus, Ceplac/Cenex, 2012.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. In: **CES Revista**. v. 21, Juiz de Fora, 2007.
- ARO, Daniele Torres. **Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário de Araraúara – UNIARA, 2012.
- BARROS, Ilena Felipe. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. In: **Revista Sociedade e Estado**. v. 27, n. 2 - Maio/Agosto 2012.
- Caldart, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: **Cadernos Pagu**. Nº 16, Campinas, 2001.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In: **Dossiê da Revista Estudos Feministas**. v. 12, n. 01/ Centro de Filosofia e ciências humanas e centro de comunicação e expressão. Florianópolis: UFSC, 2004.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, nº 4 – dez/2011, p. 6-28.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Especialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP (dissertação de mestrado), 1994. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1994%20Bernardo%20Man%20C3%A7ano.pdf>, acesso em novembro de 2018.

FERREIRA, Gilmara de M. **“Margaridas” em jardim sem terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST da Paraíba**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (orgs). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, Geroge. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 64-89.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. In: **Mediações**. Londrina, v. 14, n.2, p. 198 – 216, jul/dez 2009.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. In: **Revista Mediações**. Londrina, v. 5, n.1, p. 11-40, jan/jun. 2000.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 16. N. 47. maio – ago. 2011.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

LAGO, Mara; GROSSI, Mirian; RIAL, Carmem. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(3), set/dez 2005.

LINS, Rodrigo. O que é democracia? Uma visão exploratória na ciência política. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 195, ago/2017.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, Geroge. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 137-155.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-35.

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

MARABEZZI, Natália Montezori. **Direitos Humanos e Violência Contra a Mulher: um estudo de gênero sobre o homicídio passional no Código Penal Brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2010.

MARÇOLLA, A. Z.; BRAGA, G. M. . MST e sua relação com os meios de comunicação de massa. In: **XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM/1998**, Recife, 1998.

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. **PRONERA = política pública na educação de assentados (as) da reforma agrária**. 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251097>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MDA. **Portaria INCRA nº 981** de 02/10/2003.

MST. **Cadernos de subsídios da reunião da coordenação nacional do MST**. 22 a 26 de janeiro de 2019, Guararema, São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2019.

_____. **Mulheres em luta: pela soberania alimentar, contra a violência e o agronegócio!** Março de 2015 – Cartilha do setor de gênero.

_____. **Caderno de Formação do Setor de Gênero: a conspiração dos gêneros – elementos para o trabalho de base**. 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

NAUJORKS, Carlos José. **Movimentos Sociais e Formação Política: Entre a Identidade e a Ação Estratégica**. 1999. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80923/152200.pdf?sequence=1>.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v.8, nº 2, 2000.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. IN: ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. (Orgs). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis; Vertecchia, 2009.

RISCAL, Sandra Aparecida; GANDINI, Raquel Pereira Chainho. Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 4, no. 2, p. 50-69, nov. 2010.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Mirian. **Companheiras de Luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: Unesco, 2000.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993 (mimeo).

SARDENBERG, Cecília Maria B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. In: **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO**. Salvador: NEIM/UFBA, 5-10/jun/2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf> > Acesso em Jan/2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

_____. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. In: **História: debates e tendências**. V. 7. N. 1. jan-jun 2007.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, vol.20, n.2, jul./dez, 1995.

SILVA, Tomás. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Cap.2 – p. 73-102).

SILVA, Francisca. I. C. Discurso midiático, consumo e construção de subjetividade. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 5, n. 2, p. 181-187, 2015.

SILVA, Luciana Henrique da. **A história contada: surgimento do MST na Paraíba**. João Pessoa - Número Um - Abril de 2000. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero1/01henriquedasilva.pdf>. Acesso em novembro de 2018.

SORJ, Bila; Heilborn, Maria Luiza. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (org). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995**. São Paulo: Editora Sumaré. 1999.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de gênero no Brasil: Um debate**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SITES

- <https://viacampesina.org/es>, acesso em novembro de 2018.
- <http://www.mst.org.br>, acesso em março de 2018.
- <https://www.dicio.com.br/>, acesso em fevereiro de 2019.
- <https://anistia.org.br/>, acesso em janeiro de 2019.
- <http://aspta.org.br/>, acesso em novembro de 2018.
- <http://fetase.org.br/>, acesso em novembro de 2018.
- <https://cidadeverde.com/>, acesso em janeiro de 2019.
- <https://www.geledes.org.br/>, acesso em janeiro de 2019.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER": A MILITÂNCIA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST) NA BRIGADA CAETÉS-PB

Pesquisador: DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 00164718.2.0000.5187

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.028.272

Apresentação do Projeto:

O projeto é intitulado: "Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher: a militância das mulheres do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) na brigada Caetés-PB". Trata-se de um projeto de pesquisa da Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do projeto é "Compreender a construção da militância das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Brigada Caetés – PB". Como objetivos específicos, a pesquisadora apresenta: - Problematizar a trajetória do MST, seus percursos e desafios na Paraíba enfatizando o lugar das mulheres militantes e como estas se inserem na luta e resistência no movimento a partir da Brigada Caetés; Analisar o percurso político-social da Brigada Caetés na Paraíba, sua formação e os sujeitos participantes a partir das relações de gênero e como estas se consubstanciam no MST;

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 3.028.272

Discutir

a questão de gênero e sua articulação com o movimento social do campo notabilizada através da participação feminina e busca do empoderamento no contexto do movimento; Verificar como as mulheres e homens militantes do movimento, integrantes da Brigada Caetés percebem as relações de gênero e de poder e como identificam tais aspectos vivenciados no cotidiano através de suas narrativas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora acrescentou como solicitado, que o atual projeto se enquadra no tipo de risco mínimo, como também incluiu no texto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto relevante para as Ciências Sociais e para a Sociedade. O projeto está bem redigido. Apresenta: resumo, introdução, justificativa, objetivos, referencial teórico, procedimentos metodológicos bem detalhados, cronograma de execução e referências. Apesar de se tratar de uma pesquisa qualitativa, a pesquisadora apresenta hipótese e desfecho primário. Está anexado o roteiro da entrevista.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora atendeu às considerações e todos os termos obrigatórios que faltavam, foram incluídos ao projeto.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, à execução da pesquisa em tela. Salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	13/11/2018		Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 3.028.272

Básicas do Projeto	ETO_1110733.pdf	15:41:11		Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendencias_dassaely.docx	13/11/2018 15:39:50	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_autorizacao_brigada.pdf	13/11/2018 15:39:10	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_gravacao_de_voz_dassaely.docx	13/11/2018 15:32:01	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.docx	13/11/2018 15:31:27	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
Outros	termo_compromisso.pdf	13/11/2018 15:30:21	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2994419.pdf	13/11/2018 15:29:47	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_concordancia_dassaely.pdf	13/11/2018 15:21:13	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	23/05/2018 20:14:42	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Dassaely.docx	23/05/2018 19:39:22	DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 20 de Novembro de 2018

Assinado por:

**Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br

APÊNDICES

PESQUISA: “PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER: A MILITÂNCIA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NA BRIGADA CAETÉS - PB.

PESQUISADORA: DASSAELLY DE SOUZA ARAUJO.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

a) Nome; b) Gênero; c)Etnia; d) Escolaridade; e) Naturalidade; f)Profissão; g) Idade; h) Tempo de militância no MST; i) Tempo como integrante na Brigada Caetés.

2. Para você o que é o MST e o que ele representa?

3. Como iniciou sua participação no MST?

4. No percurso do MST na Paraíba, quais os desafios e conquistas que você destacaria?

5. Na sua opinião o que foi modificado no cenário político e social paraibano, sobretudo no campo, a partir da atuação do MST e especificamente da Brigada Caetés?

6. O MST possui um setor de gênero, o que você acha dele e como ele está articulado na Paraíba?

7. O que você entende por participação política no que se refere à ação do movimento social?

8. Para você, qual a importância da participação feminina no MST?

9. O que é ser militante e qual a representação da militância na sua vida?

10. Como se dá sua participação nas ações e atividades desenvolvidas no/pelo movimento?

11. Existe alguma diferenciação na participação política no MST no que concerne às atividades delimitadas para homens e mulheres?

12. Você percebe alguma modificação no âmbito familiar a partir de sua participação política enquanto militante do MST?

13. Por que você acha que foi escolhida para estar em um posto de liderança do Movimento?

14. Como você define sua participação política antes e depois da inserção no Movimento?